

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA EM PORTUGAL

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

COORDENAÇÃO
LUÍS CAPUCHA

INVESTIGADORES
ALEXANDRE CALADO
GISELA FERREIRA



FICHA TÉCNICA

Título **Estudo de Caracterização
do Movimento Mutualista em Portugal**

Coordenação **Luís Capucha**

Autoria **Alexandre Calado e Gisela Ferreira**

Capa **União das Mutualidades Portuguesas**

Edição **União das Mutualidades Portuguesas**

Local e Data **Lisboa, 2021**

Depósito Legal **509788/23**

ISBN **978-989-53973-1-0**

Impressão **Marsil Artes Gráficas Lda.**

Tiragem **150 exemplares**

Execução:

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Promotor:

 **mutualidades
portuguesas** |  **MUTUALISMO
DA HERANÇA
AO FUTURO**

Cofinanciado por:

 **PO ISE**
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO

 **PORTUGAL
2020**

 **UNIÃO EUROPEIA**
Fundo Social Europeu

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Índice | 3 |
| Índice de Figuras | 4 |
| Índice de Tabelas | 5 |
| Prefácio | 6 |
| 1. Introdução | 9 |
| 2. Metodologia | 12 |
| 3. Enquadramento histórico e conceptual do Mutualismo em Portugal | 15 |
| 3.1. Breve enquadramento histórico | 15 |
| 3.2. Conceptualização do associativismo mutualista contemporâneo | 21 |
| 4. Estrutura do Movimento Mutualista em Portugal | 24 |
| 4.1. Perfil das associações mutualistas | 24 |
| 4.2. Perfil das estruturas profissional e dirigente | 33 |
| 4.3. Práticas de gestão das associações mutualistas | 37 |
| 5. Impacto financeiro e económico do Movimento Mutualista | 41 |
| 6. Dinâmicas de internacionalização do Mutualismo | 45 |
| 7. Desafios e prioridades de atuação para o Movimento Mutualista | 47 |
| 7.1. Dificuldades e obstáculos no Movimento Mutualismo | 48 |
| 7.2. Forças e oportunidades do Movimento Mutualista | 50 |
| 7.3. Prioridades de intervenção para o desenvolvimento do Mutualismo | 53 |
| 8. Perspetivas de futuro e papel do Mutualismo | 57 |
| 9. Referências bibliográficas | 61 |
| ANEXO | 64 |
| A. Tabelas Estrutura do Movimento Mutualista em Portugal | 64 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | | | |
|---|----|---|----|
| Figura 1: Princípios do Mutualismo | 9 | Figura 16: Caracterização dos Membros da direção de topo (órgão executivo) e dos Dirigentes de Topo (2018) | 35 |
| Figura 2: Métodos e técnicas de recolha e análise de informação | 12 | Figura 17: Postura Estratégica da Entidade (2018) | 37 |
| Figura 3: Lista de entrevistas | 13 | Figura 18: Elaboração de documentos de gestão (2018) | 37 |
| Figura 4: Lista de presenças no Focus Group | 14 | Figura 19: Práticas de monitorização, informação e tecnologias (2018 (%)) | 38 |
| Figura 5: Principais marcos do Mutualismo em Portugal | 19 | Figura 20: Utilização de indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida (2018) | 38 |
| Figura 6: Distribuição das Associações Mutualistas, por ano de constituição | 24 | Figura 21: Principais meios de financiamento das Associações Mutualistas (2018) | 39 |
| Figura 7: Mapa de distribuição das Associações Mutualistas, por Região (NUTS 2) | 25 | Figura 22: Movimento Mutualista Internacional | 46 |
| Figura 8: Mapa de distribuição das Associações Mutualistas, por distrito | 25 | Figura 23: Dificuldades e obstáculos vs. Forças e oportunidades do Movimento Mutualista | 53 |
| Figura 9: Distribuição das Associações Mutualistas por principal área geográfica em que desenvolvem a sua atividade (2018) | 26 | Figura 24: Prioridades de intervenção para o desenvolvimento do Mutualismo | 56 |
| Figura 10: Distribuição das Associações Mutualistas segundo a sua dimensão | 26 | Figura 25: Perspetivas de futuro e papel do Mutualismo | 60 |
| Figura 11: Associações mutualistas, segundo a atividade principal (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor - CIOSFL/TS) – 2016 | 27 | | |
| Figura 12: Principais domínios em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pelas Associações Mutualistas (2018) | 27 | | |
| Figura 13: Principais utilizadores, beneficiários ou clientes (2018) | 32 | | |
| Figura 14: Desenvolvimento de trabalho em rede ou em parceria (%) | 33 | | |
| Figura 15: Pessoas ao serviço nas Associações Mutualistas | 34 | | |

ÍNDICE DE TABELAS

| | | | |
|--|----|---|----|
| Tabela 1: Associados inscritos em 2018 | 26 | Tabela 17: Distribuição das Associações Mutualistas, por região e distrito | 65 |
| Tabela 2: Principais Respostas sociais para a 3ª idade | 28 | Tabela 18: Distribuição das Associações Mutualistas segundo a sua dimensão | 66 |
| Tabela 3: Principais Respostas sociais para a infância | 28 | Tabela 19: Associações mutualistas, segundo a atividade principal (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor - CIOSFL/TS) - 2016 | 66 |
| Tabela 4: Outras respostas sociais | 29 | Tabela 20: Pessoas ao serviço nas Associações Mutualistas | 66 |
| Tabela 5: Principais atividades na área da Saúde | 30 | Tabela 21: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por género (2018) | 67 |
| Tabela 6: Outras atividades na área da Saúde | 31 | Tabela 22: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por grupo etário (2018) | 67 |
| Tabela 7: Principais benefícios complementares de segurança social | 31 | Tabela 23: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por antiguidade (2018) | 67 |
| Tabela 8: Outras atividades desenvolvidas pelas Associações Mutualistas | 32 | Tabela 24: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por níveis de escolaridade (2018) | 68 |
| Tabela 9: Caracterização do pessoal ao serviço nas Associações Mutualistas (2018) | 34 | Tabela 25: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo com funções executivas (2018) | 68 |
| Tabela 10: Variação dos Principais Indicadores das contas satélite das Associações Mutualistas e das Organizações da Economia Social | 41 | Tabela 26: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por vínculo com a entidade (2018) | 68 |
| Tabela 11: Evolução dos Principais Indicadores das contas satélite das Associações Mutualistas | 42 | Tabela 27: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por regime de exclusividade (2018) | 69 |
| Tabela 12: Peso das Associações mutualistas no total das Organizações da Economia Social e no total da Economia Nacional, 2010 e 2016 | 43 | Tabela 28: Postura Estratégica da Entidade (2018) | 69 |
| Tabela 13: VAB médio por entidade e ETC e Remunerações médias | 43 | Tabela 29: Principais meios de financiamento das Associações Mutualistas (2018) | 69 |
| Tabela 14: Conta de exploração das entidades Associações Mutualistas segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) - 2016 | 44 | Tabela 30: Práticas de monitorização, informação e tecnologias (2018) | 70 |
| Tabela 15: Distribuição das Associações Mutualistas, por ano de constituição | 64 | | |
| Tabela 16: Distribuição das Associações Mutualistas por principal área geográfica em que desenvolvem a sua atividade (2018) | 64 | | |

PREFÁCIO

O Movimento Mutualista tem uma história de oito séculos em Portugal. Desde as primeiras manifestações organizadas de mutualismo baseadas nos princípios de compromisso de solidariedade recíproca até aos nossos dias, há um percurso que nos honra e nos enche de orgulho.

Do associativismo mutualista, brotaram outros movimentos sociais, como o cooperativismo, o associativismo de cultura e recreio ou o sindicalismo. Inspirador e precursor do sistema público de segurança social que hoje conhecemos, influenciou decisivamente a criação, em 1916, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social na orgânica do Governo de Portugal.

O Movimento Mutualista construiu ao longo dos tempos uma relação de proximidade e confiança com os portugueses, que se solidifica a cada passo e que continua a fazer a diferença na vida das pessoas. E são mais de 2,5 milhões os beneficiários diretos da sua atividade.

Numa conjuntura em que o Estado Social está prestes a atingir os limites da sustentabilidade, o mutualismo emerge como uma resposta complementar e um parceiro fundamental.

A sua diversidade de papéis, na concessão de benefícios complementares de segurança social, nas soluções de poupança, na prestação de cuidados de saúde e assistência medicamentosa, educação, proteção social à infância, idosos e pessoas mais vulneráveis, habitação, cultura, turismo social, formação profissional, e no acolhimento e apoio a migrantes, entre muitos outros, é de tal modo abrangente que se torna difícil perceber e analisar sistematicamente a intervenção das mutualidades.

Era importante no sentido de dar uma maior visibilidade a esta ação e promover uma reflexão estratégica sobre o futuro do mutualismo, aprofundar o nível de conhecimento sobre o universo mutualista, os números que traduzem o seu desempenho nestas múltiplas frentes, o seu posicionamento no contexto da economia social, as oportunidades e as ameaças que se colocam.

A União das Mutualidades Portuguesas desafiou o Professor Luís Capucha e o ISCTE-IUL a desenvolver um estudo que nos permitisse obter, por um lado, um retrato fiel do movimento mutualista na atualidade e, por outro, uma análise prospetiva ao que pode ser o mutualismo no futuro.

Creemos que o resultado deste intenso e meticuloso trabalho de recolha, compilação e tratamento de informação de natureza quantitativa e qualitativa, de auscultação dos principais atores no terreno e de reflexão estratégica, superou largamente as nossas próprias expectativas.

Correspondendo aos apelos que recebemos aquando da apresentação deste estudo aos mutualistas e porque corroboramos da opinião de que esta informação não deverá confinada dentro das quatro paredes das mutualidades e para uso meramente interno, decidimos partilhá-la com o grande público, procedendo à sua publicação e divulgação.

Entendemos que estes dados e análises constituem um inestimável contributo para a visibilidade da ação das mutualidades em Portugal, junto de quem exerce funções governativas e na esfera da administração central e autárquica, dos partidos políticos, das organizações da economia social, do ensino e da investigação, dos estudiosos dos movimentos sociais, dos sindicatos, das empresas, dos mutualistas, dos próprios media e da sociedade.

Em suma, o Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal é um documento de consulta imprescindível para quem pretenda obter um retrato fiel das mutualidades, do mutualismo e da sua intervenção na sociedade contemporânea.

Luís Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas



1. INTRODUÇÃO

O **mutualismo** é um movimento civil de solidariedade e previdência, que visa promover os valores da reciprocidade, da proteção e do desenvolvimento integral dos sujeitos. Desde as suas origens, as diferentes formas e modalidades de mutualismo partilham um conjunto de princípios estruturantes indispensáveis: a liberdade de participação; a democracia, em que cada associado representa um voto; a independência, em que as associações têm identidade e autonomia próprias; e a solidariedade, configurando-se como associações sem fins lucrativos.



Figura 1: Princípios do Mutualismo

Em **Portugal**, o Movimento Mutualista tem um papel de destaque no contexto do movimento associativo civil, apresentando uma tradição rica no desenvolvimento de sistemas e modalidades de previdência e solidariedade, configurando-se uma terceira via de proteção social que atua entre as soluções de providência social obrigatória e de prestação de serviços sociais do Estado e as ofertas de seguros privados e da oferta de serviços de entidades de mercado, que visam a obtenção do lucro. Representam assim uma alternativa voluntária, solidária e inclusiva promotora de uma participação cívica ativa e responsável. Atualmente, caracteriza-se como um sector dinâmico, com uma capacidade instalada ao nível dos equipamentos e serviços por todo o território nacional, que disponibiliza benefícios e serviços sociais a mais de 1 milhão

de associados e 2,5 milhões de beneficiários, e promove o emprego num conjunto diversificado de áreas da proteção social, da saúde e da ação social, entre outras.

O presente estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal visa os seguintes objetivos principais:



O **primeiro objetivo** visa dar a conhecer a importância das entidades mutualistas ao longo da sua história, bem como contribuir para o aprofundamento do conceito e da prática do mutualismo em Portugal, nas suas distintas abordagens e valências.

O **segundo objetivo** tem como enfoque a análise da estrutura das associações mutualistas em Portugal, as suas tendências evolutivas, o espaço que ocupa no contexto das entidades de economia social e o correspondente impacto económico.

O **terceiro objetivo** propõe caracterizar sinteticamente o contexto mutualista internacional.

O **quarto objetivo** centra-se na sinalização dos fatores-chave para o estabelecimento de prioridades de intervenção para desenvolvimento sustentado do mutualismo, nomeadamente as dificuldades, as necessidades e as oportunidades existentes.

O **quinto objetivo** procura refletir sobre o papel do mutualismo no contexto dos desafios sociais emergentes, com vista ao desenvolvimento de estratégias e respostas adequadas, sejam estas decorrentes de transformações no plano estrutural, ou da atual conjuntura económica e social, que coloca problemas específicos que necessitam de respostas urgentes.

O Estudo será estruturado a partir de um conjunto de dimensões de análise, que respondem aos objetivos apresentados, e que constituem os capítulos temáticos que dão corpo ao presente estudo. As dimensões de análise são suportadas por uma abordagem metodológica multi-método, que combina a revisão de literatura, a análise quantitativa e a análise qualitativa.

O Estudo, para além deste Capítulo introdutório, é composto pelos seguintes Capítulos:

- O **Capítulo 2** apresenta a informação detalhada sobre a abordagem metodológica.
- O **Capítulo 3** consiste numa breve síntese da História do Movimento Mutualista em Portugal, de modo a caracterizar o percurso do movimento mutualista ao longo da sua história moderna, por forma a melhor identificarmos os seus traços distintivos, o seu papel e a sua influência na sociedade contemporânea.
- O **Capítulo 4** é dedicado à caracterização da estrutura das associações mutualistas em Portugal, nomeadamente o número de associações, as valências e ofertas disponibilizadas, o perfil dos associados, as estruturas profissionais e dirigentes das associações e as práticas de gestão.
- O **Capítulo 5** relaciona-se com o impacto económico do mutualismo em Portugal, nomeadamente as receitas geradas e as despesas com os benefícios, os serviços prestados e os custos com os profissionais (técnicos e colaboradores), entre outros.
- No **Capítulo 6** é abordada a organização internacional do mutualismo, dando-se conta da dinâmica de internacionalização do Movimento Mutualista em ações e projetos internacionais.
- O **Capítulo 7** tem como enfoque a identificação de dificuldades, necessidades e oportunidades existentes, propondo também um conjunto de prioridades de atuação para o desenvolvimento sustentado do Movimento Mutualista em Portugal.
- O **Capítulo 8** é direcionado para o plano prospetivo, ou seja, para o papel que o mutualismo pode ter nos desafios sociais emergentes. Neste ponto destacámos as transformações na estrutura demográfica e no Estado-Providência, que colocam novos e múltiplos desafios ao nível da previdência e dos serviços sociais.

2. METODOLOGIA

A **Metodologia** proposta visa a recolha e tratamento de informação que permita, de forma adequada, dar conta das dimensões de análise previstas neste estudo, privilegiando a participação das partes interessadas nos momentos de recolha de informação e de discussão de resultados.

A seleção dos métodos tem em consideração os critérios de:

- adequação, tendo sido escolhidas técnicas ajustadas aos objetivos da investigação;
- proporcionalidade, onde se considera os recursos e o tempo disponíveis para a investigação;
- triangulação, privilegiando-se uma abordagem que incluiu um conjunto diversificado de técnicas, de forma a cruzar e confirmar os resultados; e
- complementaridade, respeitante ao encadeamento de resultados e subprodutos de diferentes técnicas.

Assimilando o supracitado, propõem-se os métodos e técnicas de recolha e análise de informação constantes da Figura seguinte.



Figura 2: Métodos e técnicas de recolha e análise de informação

A **análise documental** é fundamental para se obter uma visão enquadradora do Movimento Mutualista no seu conjunto, tanto no que respeita à sua história e papel nos sectores da previdência e solidariedade em Portugal, como no que respeita à caracterização da sua estrutura, valências, respostas e associados. O essencial da análise

documental incide sobre trabalhos científicos/técnicos, legislação e relatórios que providenciam informação sobre a história e a implantação do mutualismo em Portugal, bem como a evolução da sua estrutura e das suas dinâmicas.

A **análise descritiva de informação estatística** agregada visou caracterizar o Movimento Mutualista em Portugal, bem como captar a sua influência e dinâmica no contexto da sociedade civil e do setor solidário. Os dados estatísticos relacionados foram recolhidos na Direção Geral da Segurança Social e no INE, mais concretamente a Conta Satélite da Economia Social e o Inquérito ao Setor da Economia Social, sendo depois tratados de forma sistemática, com vista à produção de tabelas, gráficos e mapas.

As **entrevistas** constituem um elemento fundamental de recolha de informação de carácter qualitativo. Num Estudo com as características do que é solicitado, essa informação revela-se essencial em dois sentidos. Em primeiro lugar, para complementar a informação de caracterização da história, presença e influência do mutualismo em Portugal, de forma a contextualizar e aprofundar o enquadramento elaborado a partir da análise documental. Em segundo lugar, para obter informação sobre a evolução e dinâmicas do movimento mutualista internacional, bem como recolher boas práticas de modalidades, estruturas ou respostas a serem executadas neste âmbito.

Neste quadro, foi realizado um conjunto de **entrevistas semi-diretivas** com dirigentes de associações mutualistas, procurando-se incluir associações com perfis diferenciados ao nível do número de associados, localização, valências e ofertas e volume de negócios. Complementarmente, foram entrevistados dirigentes federativos e especialistas nas áreas da Segurança Social e da Saúde (cf. Figura 3: Lista de entrevistas).

Realizou-se ainda um **focus group**, com vista à discussão e aprofundamento da reflexão sobre os resultados da investigação, direcionado para temáticas específicas relacionadas com questões estratégicas, o presente e os desafios futuros do Movimento Mutualista. O objetivo deste método é a auscultação das partes interessadas na consolidação das propostas e recomendações que resultam do presente estudo. Destacamos na composição do painel de entrevistados a presença de dirigentes associativos, especialistas e responsáveis políticos nas áreas da saúde e segurança social. (cf. Figura 4: Lista de presenças no *Focus Group*).



Dr. Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas e Vice-Presidente para a Europa do Comité Internacional da União Mundial das Mutualidades;

Dr. António Martins de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração de A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista;

Dr. Carlos Jorge Silva, Presidente do Conselho de Administração de A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos do Porto;

Dr. Alcídio Castanheira, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB);

Dra. Ângela Pereira, Presidente do Conselho de Administração da Associação Mutualista de Gondomar (AMUT);

Dr. Néilson Silva, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense”;

Dr. Pedro Bleck da Silva, Vice-Presidente do Conselho de Administração da APM-RedeMut;

Figura 3:
Lista de entrevistas

Dr. Jorge Campino, professor universitário da Universidade de Aveiro, especialista para a área da Segurança Social;

Dr. Carlos Casteleiro Alves, médico e professor universitário da Universidade da Beira Interior, especialista para a área da Saúde.



Dr. Agostinho Branquinho, antigo Secretário de Estado da Segurança Social dos XIX e XX Governos Constitucionais;

Dr. Francisco Ramos, antigo Secretário de Estado da Saúde dos XIII, XIV e XVII Governos Constitucionais;

Dr. Luís Morete Polónia, Associação de Socorros Mútuos de S. Bento das Peras de Rio Tinto;

Dr. Edgar Diogo, Presidente do Conselho de Administração de A Familiar da Póvoa – Associação Mutualista;

Dr. Victor Godinho, Presidente do Conselho de Administração da Legado do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista.

Figura 4:
Lista de presenças
no *Focus Group*

3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CONCEPTUAL DO MUTUALISMO EM PORTUGAL

3.1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O mutualismo, como o entendemos hoje na sua forma institucional, é uma prática com 200 anos, ainda que as suas origens possam ser traçadas 800 anos antes em Portugal, através de instituições com finalidades próximas ao ideal mutualista de reciprocidade e proteção face ao risco (Rosendo, 1998).

O mutualismo na sua configuração moderna difundiu-se ao longo do século XIX, tornando-se uma das forças fundamentais da cultura associativa dos trabalhadores no início do século XX. O mutualismo, enquanto movimento social, surge no contexto da industrialização e dos movimentos operários, inspirados pelos princípios da Revolução Francesa (Nogueira, 2007). As formas de seguro social desenvolvidas foram inspiradoras da criação de esquemas de seguro social obrigatórios pelos Estados-Nação modernos, à medida que expandiam a sua responsabilidade e papel pelo bem geral (Ferreira, 2011).

Em Portugal, a emergência das mutualidades dá-se no século XIX ligada ao aparecimento de montepios e das caixas de socorro operário.

O reconhecimento e aprovação do estatuto das associações de socorros mútuos remonta ao ano de 1852, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Saraiva, 2011). Neste período, proliferaram associações mutualistas, que se organizavam como fundos de ajuda mútua, geridos pelos e direcionados para os seus associados, que disponibilizavam ajuda pecuniária em casos de doença, acidente, invalidez, velhice, prisão e morte (Lousada, 2004). Progressivamente, o mutualismo foi-se expandindo para outras áreas, como a cultura, o lazer, a educação, ou a caridade.

De acordo com Renato Pistola (2018), o desenvolvimento industrial tardio em Portugal influenciou o modelo de mutualismo que prevaleceu em Portugal neste período. O movimento foi principalmente impulsionado pelas classes médias, que se tinham vindo a expandir ao longo do século XIX, traduzindo-se na preocupação com a exposição ao risco social e a proteção perante a incerteza no futuro,

nomeadamente a doença e os acidentes de trabalho, em benefício dos dependentes. Como refere o mesmo autor, a tradução disso mesmo é que primeira metade do século XIX a maioria das associações criadas é para a atribuição de pensões de sobrevivência. Na segunda metade do século XIX, que corresponde ao período expansionista do movimento (Rosendo, 1996), começa a ganhar forma e protagonismo um segundo modelo de mutualismo, associado ao crescimento urbano e ao desenvolvimento das classes operárias (Pistola, 2018). Esta forma de associativismo mutualista vem privilegiar as necessidades imediatas das classes operárias e profissionais, designadamente a proteção perante a impossibilidade de trabalhar, a assistência de saúde e o subsídio de funeral em caso de morte do associado. Nesse contexto, o mutualismo teve um contributo importante na difusão do socialismo em Portugal (Monica, 1985), na formação das classes trabalhadoras (Oliveira, 1973) e na constituição do movimento sindical dos funcionários públicos (Almeida, 2016).

O movimento mutualista assumiu importância, de modo que em 1911 realiza-se o I Congresso Nacional do Mutualismo, apresentando programa ambicioso de previdência social, nas suas vertentes livres e obrigatória, recomendando já nessa altura a extensão da proteção a toda a população (I Congresso Nacional do Mutualismo Ferreira, 2011). O II Congresso realiza-se cinco anos depois, tendo por essa altura sido constituída a Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos (FNASM), que reunia e representava o movimento mutualista. Segundo a historiadora Virgínia Baptista (2016), o mutualismo foi declaradamente apoiado pela I República e pelos socialistas, sendo figuras centrais destas estruturas políticas presenças de destaque nos congressos realizados e nas organizações mutualistas.

O mutualismo afirmou-se assim como um agente pioneiro ao nível do apoio social, constituindo-se como um precursor do que vieram a ser os sistemas de previdência públicos. Distingue-se por ser um movimento associativo de iniciativa operária, associado às antigas corporações profissionais e de trabalhadores por conta de outrem, não estando ligado aos poderes clerical ou patronais (Barros, 1998). O movimento mutualista teve uma enorme preocupação em perfilar-se como uma forma de organização coletiva neutra, separada dos interesses partidários, focando-se na expressão do espírito da previdência e da solidariedade (Jesus, 2016).

O início do século XX constituiu o pico do mutualismo em termos de dinâmica associativa em Portugal. Em 1900 estavam registadas 721 associações mutualistas, atingindo o seu pico em 1910 com 894 associações (Rosendo, 1996). Começa-se a assistir a uma inversão dessa tendência ao longo da década de 1910. Ainda assim, o historiador Vasco Rosendo (1998) identifica 685 associações mutualistas com plena atividade em 1921. Ao nível da expansão pelo território, o associativismo mutualista estava centrado nos grandes aglomerados urbanos, particularmente em Lisboa e na região do Porto, com uma presença reduzida ou praticamente inexistente nos concelhos rurais do interior (Baptista, 2016).

No período do Estado Novo, o número de associações desceu a pique. Em 1931 o número desce para 527 associações, em 1942 cifra-se nas 322 associações, e em 1964 já se encontrava reduzido a 133 associações (Baptista, 2016). Para este processo contribuiu a perseguição política que o movimento mutualista sofreu às mãos da ditadura. Sob a tutela do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, as associações

mutualistas foram forçadas a fusionar-se ou foram mesmo extintas, enquanto outras foram absorvidas pelas Casa do Povo e pelas Casas dos Pescadores, entretanto criadas (Branco, 2010). O terceiro Congresso Nacional do mutualismo ainda se realiza em 1934, num contexto de opressão e consequente perda de vitalidade do movimento, que levou à extinção oficial da FNASM em 1944.

Importa também mencionar que, para a redução do número de associações, também contribuiu o crescimento caótico de associações no início do século XX, que tinham em regra uma média de existência muito curta (Rocha, 2017). Esta situação foi ainda mais agravada com a queda da I República e as novas políticas previdenciárias do Estado Novo, tornando as respostas das mutualidades redundantes e esvaziando-as. Efetivamente, durante a década de 1930 surgem os primeiros avanços ao nível da previdência social pública, cujas bases legislativas foram lançadas ainda durante a I República, e que passaram a garantir universalmente uma série de proteções contra o risco social (Cardoso & Rocha, 2009). Ainda assim, é importante assinalar que, neste mesmo período, a expressão destas modalidades de previdência foi ainda bastante residual (Calado, Capucha & Estêvão, 2019).

Apesar dos golpes desferidos pela ditadura, o mutualismo resistiu com energia suficiente para ganhar um novo impulso com a Revolução de Abril de 1974. A revitalização do movimento passou pelo reconhecimento do Estado do mutualismo como fator essencial para a democratização da sociedade portuguesa e para a adequada integração europeia (Branco, 2010), passando assim a estar intrinsecamente ligado à construção da democracia nas sociedades modernas, com a integração europeia e com a dinamização de um forte sector de Economia Social (Moura & Baptista, 1998).

Em Portugal a importância deste setor foi reconhecida na Constituição de 1976, que reserva um papel fundamental ao cooperativismo, abrindo caminho ao desenvolvimento do sector solidário. O reconhecimento do sector cooperativo e social traduziu-se na instituição da coexistência de três sectores - o público, o privado e o cooperativo e social - conferindo à Economia Social um substrato jurídico explícito, sólido e autónomo (Garrido, 2018). Nesse mesmo ano foi aprovado o Decreto-Lei n.º 636/76, que regulamenta a organização e funcionamento das associações de socorros mútuos.

A emergência e expansão do Estado-Providência, em Portugal, neste mesmo período, iniciou um processo de transição do movimento mutualista, tanto ao nível da procura dos associados, como ao nível dos campos de intervenção das associações (Quelhas, 2001). O desenvolvimento dos sistemas públicos de Segurança Social e a criação do Serviço Nacional de Saúde tiveram como consequência a alteração do papel das mutualidades para um plano de complementaridade, o que por sua vez afetou os níveis de adesão. Isso mesmo é visível na falta de ressurgimento do movimento ao nível da dinâmica associativa no período que se seguiu à Revolução de Abril (Pitacas, 2009).

A década de 1970 foi também marcada pela crise económica internacional associada aos choques petrolíferos e pela expansão das ideologias (neo-)liberais nas políticas económicas dos Estados e das organizações internacionais, processos que estiveram na base de uma certa redescoberta da economia social, abrindo caminho à revalorização de outras modalidades de proteção social e de outros modelos de organização da vida económica (Garrido, 2018).

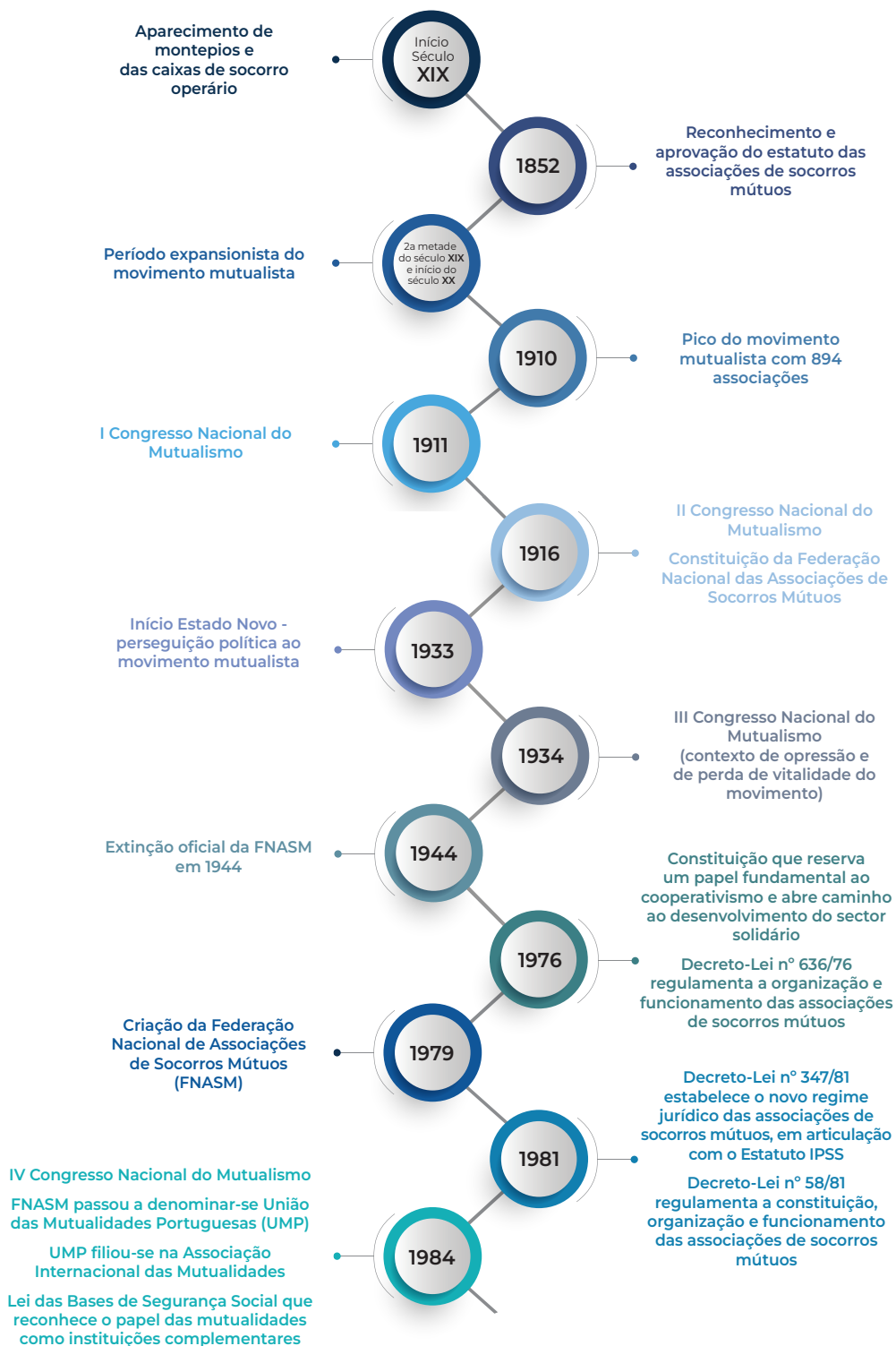
Em 1979 foi criada a Federação Nacional de Associações de Socorros Mútuos (extinta durante a ditadura), que passou a representar o movimento mutualista. Em 1981, através do Decreto-Lei n.º 347/81, que estabelece o novo regime jurídico das associações de socorros mútuos, em articulação com o Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, foi determinado o campo social reservado para o associativismo mutualista: proteção à família (pensões de sobrevivência, subsídios em caso de morte e funeral); proteção às pessoas impossibilitadas de trabalhar; proteção aos idosos e a pessoas com deficiência; e atividades de assistência médica e medicamentosa (Santos, 2020).

Em 1984, no contexto da realização do IV Congresso Nacional do mutualismo, a FNASM passou a denominar-se União das Mutualidades Portuguesas (UMP), contando então com a adesão de 50 associações. Nesse mesmo ano, a UMP filiou-se na Associação Internacional das Mutualidades, passando a integrar o movimento mutualista internacional. Destaca-se, neste período, o papel do Padre Vítor Melícias na dinamização do movimento, tornando-se Presidente da Direção da UMP em 1986.

A Lei de Bases da Segurança Social de 1984 reconhece o papel das mutualidades como instituições complementares, mas só a revisão de 1997 reconhece o seu papel de entidades de pleno direito no sector cooperativo e social, incluindo-as na Economia Social e nas políticas públicas (Garrido, 2018). Efetivamente, até 1990 o quadro normativo existente era fragmentado e desconexo. O enquadramento legal das mutualidades encontrava-se disperso entre o Decreto-Lei n.º 347/81, o Decreto-Lei n.º 58/81, que regulamenta a constituição, organização e funcionamento das associações de socorros mútuos, e o Decreto-Lei n.º 119/83, que define o estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS).

Respondendo a uma reivindicação do movimento mutualista, que defendia o estabelecimento de um regime específico que sistematizasse toda a regulamentação existente, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 72/90, que estabeleceu o Código das Associações Mutualistas. Este instrumento veio atualizar a legislação anterior, permitindo às associações desenvolverem respostas mais amplas e eficazes, reformar os esquemas e os métodos de financiamento, onde a quotização deixou de ser a fonte exclusiva de financiamento, consagrando também a possibilidade de a proteção social ser exercida através de benefícios coletivos (Santos, 2020). Na sequência desta legislação foram publicados, em 1995, o Plano de Contas para as Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 295/95) e, em 1996, o Regulamento do Registo das Mutualidades (Portaria n.º 63/96), separando-os do registo das restantes IPSS, cujo enquadramento legal até então se aplicava às mutualidades.

Em 2018, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 59/2018, que estabelece no novo Código das Associações Mutualistas, substituindo o documento legal que vigorava desde 1990. De acordo com José Alberto Pitacas (2020a), o novo enquadramento legal não introduz mudanças às principais linhas de orientação estabelecidas pela legislação anterior. Ainda assim, segundo o mesmo autor, importa salientar algumas alterações registadas, nomeadamente: na definição da identidade mutualista, que acentua a sua singularidade e distinção face às restantes entidades da Economia Social; nas modalidades de governação, com o estabelecimento de formas de participação mais alargada dos associados; na sustentabilidade económico-financeira, com a clarificação das condições e procedimentos para a autonomia financeira das associações e atividades; e na supervisão financeira, que estabelece um regime especial para as mutualidades de maior dimensão financeira (Pitacas, 2020b).



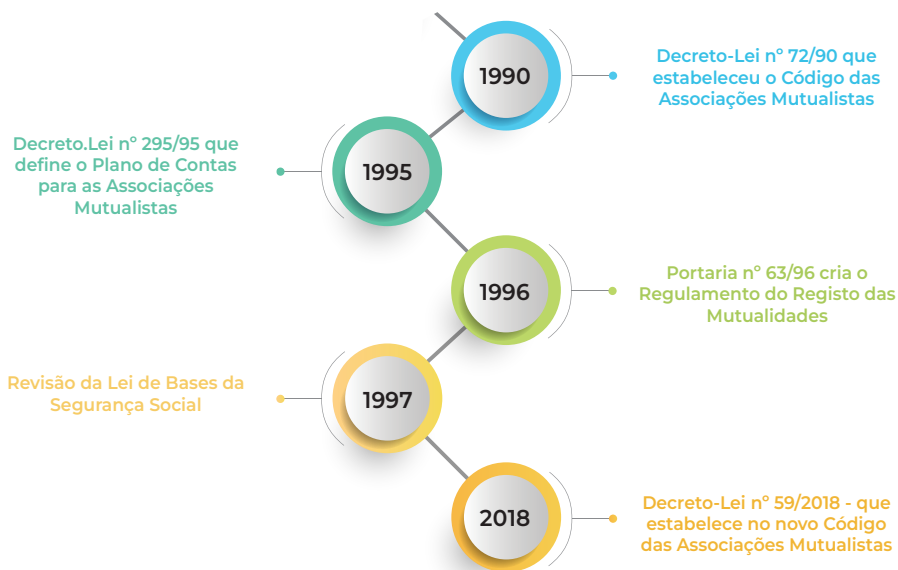


Figura 5: Principais marcos do Mutualismo em Portugal

O trajeto feito pelo movimento mutualista no período democrático teve como resultado a sua afirmação como uma força de referência no sector social e solidário e um parceiro fundamental nos processos de reforma dos sistemas de segurança social e de saúde. Nesse sentido, desde a sua expansão no século XIX conviveu com intervenções do Estado no domínio legislativo, foi parceiro na execução de programas sociais e de modalidades de previdência para os cidadãos. No entanto, apesar dos muitos avanços conseguidos no plano legislativo no pós-25 de Abril, o movimento mutualista tem enfrentado diversas dificuldades e vivido uma certa estagnação, que é visível na diminuta dinâmica no plano associativo ao nível da criação de associações mutualistas, da atração de novos públicos para o mutualismo, e na articulação e influência no setor da Economia Social.

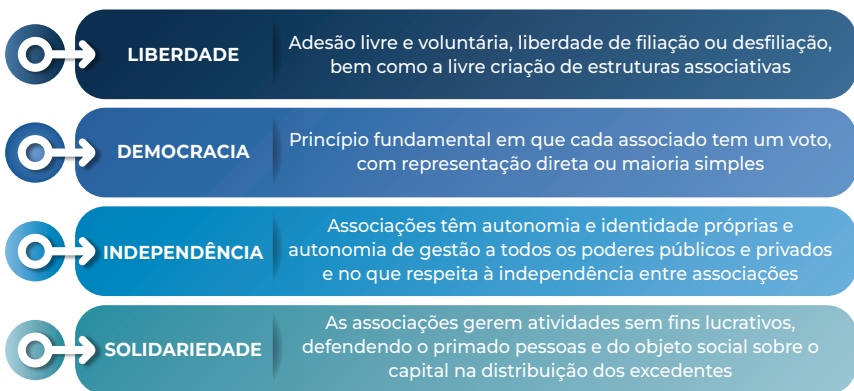
A reorganização do movimento mutualista que acontece neste período ficou, apesar dos progressos, longe da vitalidade do movimento cooperativo e da cultura operária urbana ligada às suas origens (Garrido, 2018). Em consequência disso, assiste-se a um movimento desigual e com uma visibilidade social desajustada à valia do seu contributo para a sociedade (Roseira, 2020).

O Movimento Mutualista combina um conjunto de associações com elevada dinâmica associativa e na prestação de serviços e benefícios, e um conjunto de associações dormentes, de pequena dimensão e com um campo de intervenção local ou sectorial (Pitacas, 2020a). Neste contexto, a ação e influência da Associação Mutualista Montepio Geral tem sido determinante no crescimento do número total de associados e dos ativos gerados pelo Movimento Mutualista. Outro traço característico é o fechamento das entidades sobre si mesmas, que teve como consequências

o desconhecimento da existência e da atividade dos parceiros mutualistas e a centralização do Movimento num número muito reduzido de instituições e em Lisboa. O Movimento Mutualista caracteriza-se ainda por ser dominado por estruturas associativas crescentemente envelhecidas e com reduzida participação das mulheres e jovens. Mas os desenvolvimentos recentes permitem que o mutualismo seja hoje um movimento com uma identidade forte, diversificado, com um potencial de desenvolvimento elevado e capaz de contribuir para as soluções necessárias à recalibragem dos sistemas de bem-estar à disposição do país.

3.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA CONTEMPORÂNEO

Apesar das diferentes configurações e desafios que sofreu ao longo da sua história, o mutualismo, como “movimento de solidariedade e de previdência livre, responsável e democrático que tem por objetivo proteger o Homem na integralidade do seu desenvolvimento, como ser humano e social” (Rosendo, 1990: 8), mantém a sua atualidade e pertinência. A definição de Vasco Rosendo chama a atenção para os quatro princípios indispensáveis sobre os quais assenta o mutualismo:



As mutualidades distinguem-se das restantes IPSS, na medida em que estas são estruturadas principalmente de acordo com os princípios da solidariedade recíproca ou mútua (tal como a cooperativas), enquanto as IPSS e as Misericórdias são estruturadas principalmente de acordo com os princípios da solidariedade unilateral ou caritativa (Barros, 1998). Ou seja, as associações mutualistas resultam da materialização de uma forma de reciprocidade, que obriga os indivíduos a retribuir a oferta que lhes foi dirigida, enquanto as restantes IPSS resultam da materialização de uma norma de distribuição, que regula o que é visto como sendo uma afetação justa do rendimento ou de outros bens, que promova a igualdade (Variz, 1998).

Se as formas de solidariedade recíproca são predominantes e constitutivas do Movimento Mutualista, não esgotam o seu papel e campo de intervenção, na medida em que este também integra nos seus fundamentos o imperativo da ação solidária inclusiva, extensível a indivíduos que não contribuam diretamente para o financiamento do serviço social. Neste sentido, o mutualismo integra os princípios que regem as entidades de economia social de colaboração solidária da iniciativa privada com a administração pública, com vista à promoção da filantropia social no combate à pobreza, exclusão social e promoção do desenvolvimento local (Nogueira, 2007).

O historiador Vasco Rosendo (1998) destaca duas áreas principais de intervenção para o mutualismo. A área social, com oferta de pensões de reforma e de sobrevivência independentes daquelas disponibilizadas pelo sector público; e a área da saúde, através da qual as mutualidades prestam serviços próprios independentes dos serviços públicos e privados de saúde, que vão desde consultas médicas, internamento hospitalar para cirurgia, maternidade, elementos complementares de diagnóstico, tratamentos de fisioterapia e enfermagem, assistência medicamentosa, até farmácias sociais. Nas últimas décadas, a área da ação social tem vindo a ganhar protagonismo, com as entidades mutualistas a promoverem ofertas ligadas ao apoio à terceira idade (e.g. lares, centros de dia, apoio domiciliário), à infância (e.g. creches, escolas), ao combate à pobreza e exclusão social (e.g. cantinas sociais, apoio às pessoas vulneráveis), entre outras.

A ação das mutualidades ao nível da previdência desenvolve-se numa lógica de complementaridade à ação do Estado, em concorrência com as empresas de mercado, como as companhias de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões. Já ao nível dos serviços e benefícios de saúde, desenvolve-se numa lógica substitutiva, na qual a sua articulação com o sistema de saúde é de simples cooperação, atuando como instrumentos do Serviço Nacional de Saúde em igualdade de condições com os prestadores privados.

Ao nível da ação social, representam uma função subsidiária, em que prestam serviços a não-associados por via de acordos de cooperação com a Segurança Social (Neves, 1998).

Assente no ideal da solidariedade, o mutualismo pode ser definido com um sistema associativo de proteção social que visa proteger os seus membros e providenciar auxílio mútuo em situações de carência ou de melhoramento das condições de vida, através do desenvolvimento de modalidades de socialização dos riscos. Estas entidades organizam regimes complementares de previdência e saúde, seguindo o princípio das modalidades de solidariedade voluntária, intrinsecamente ligada à liberdade individual de associativismo, distintas das modalidades de solidariedade obrigatória, impostas na lei, que caracterizam o Estado-Providência (Guimarães, 1998). São geridas por direções eleitas democraticamente pelos associados, em que cada associado vale um voto, independentemente do volume de contribuições ou do capital detido, e financiam-se pelas prestações dos associados e pelas atividades comerciais e industriais que exploram. Tratando-se de associações de carácter não lucrativo, os eventuais excedentes da sua atividade são direcionados para o reforço ou melhoria dos benefícios e serviços desenvolvidos pela associação ou para a redução do valor das contribuições (Sequeira, 2017).

De acordo com José Alberto Pitacas (2009), as mutualidades configuram-se como agentes económicos e sociais, integrando as vertentes da criação de riqueza, através da produção de bens e serviços, com a sua distribuição equitativa, por via dos benefícios e modalidades solidárias que desenvolvem. A operacionalização desta dupla missão é conseguida através da articulação da estrutura associativa, que tem como objetivo definir os objetivos das associações e satisfazer as necessidades comuns, com a estrutura profissional, que consiste nos recursos utilizados para cumprirem com as atividades, bens e serviços propostos. As estruturas associativa e profissional não são estanques, beneficiando mutuamente do estabelecimento de formas de interação e comunicação. A maior participação da estrutura associativa contribui para a definição informada das modalidades de oferta e a melhor adequação entre os benefícios e serviços e as necessidades dos associados, enquanto uma estrutura profissional eficiente oferece a sustentabilidade financeira que permite às associações cumprirem a sua missão e objetivos.

O seu primado está, portanto, relacionado com o benefício direto dos associados, desenvolvendo modalidades de solidariedade mais direcionadas para as suas necessidades e objetivos, podendo também desenvolver atividades direcionadas para não-beneficiários no âmbito da solidariedade social, desde que em acumulação com os seus objetivos principais (Guimarães, 1998). O associativismo mutualista tem, assim, como objetivos a proteção dos associados face a eventualidades futuras; a promoção da qualidade de vida dos associados e dos respetivos beneficiários; e o desenvolvimento dos valores de cidadania responsável, ativa e solidária (Santos, 2020; Sequeira, 2017).

4. ESTRUTURA DO MOVIMENTO MUTUALISTA EM PORTUGAL

4.1. PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

O sector mutualista em Portugal é constituído por 101 associações, na sua grande maioria com grande longevidade e tradição, remontando ao século XIX ou à primeira metade do século XX a constituição de cerca de 80 % das mutualidades existentes.

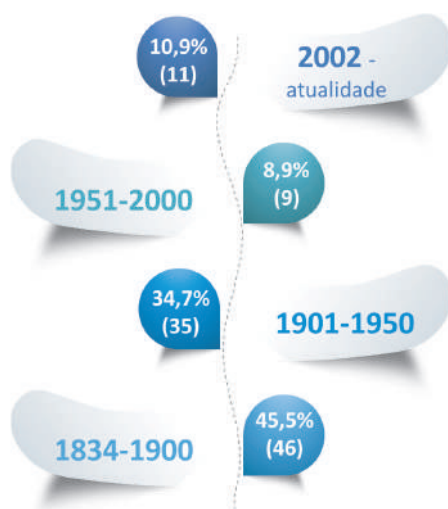


Figura 6: Distribuição das Associações Mutualistas, por ano de constituição

Fonte: Direção Geral da Segurança social (2020), Lista de Associações Mutualistas registadas na Segurança Social, elaborado em 18/03/2020, extraído de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f> em 09/12/2020

Importa notar que entre as 101 entidades incluem-se 5 associações de segundo e terceiro grau, a saber: União das Mutualidades Portuguesas, com 55 associações filiadas; a Associação Portuguesa das Mutualidades-RedeMut, com 24 associações filiadas; a Mutuália - Federação Mutualista, com 12 associações filiadas; a Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, com 12 associações filiadas; e a Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia, com 3 associações filiadas.

A atividade mutualista, em termos regionais, tem expressão sobretudo nas Regiões Norte, Centro e de Lisboa, destacando-se o peso que os distritos do Porto e de Lisboa têm ao concentrarem uma maior proporção de associações. A localização no Porto e em Lisboa de mutualidades com uma maior abrangência territorial, de âmbito regional ou mesmo nacional, explica em parte o elevado número de associações mutualistas existentes nestas regiões.

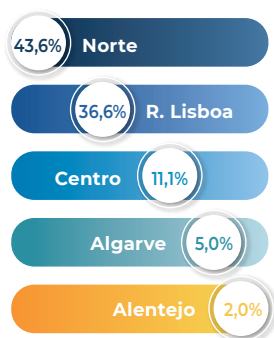
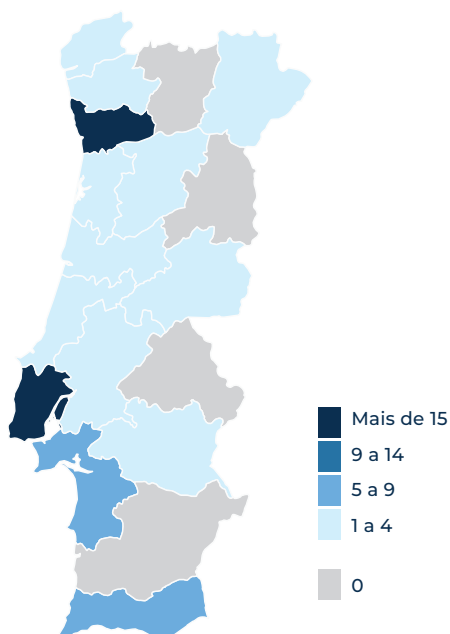


Figura 7: Mapa de distribuição das Associações Mutualistas, por Região (NUTS 2)

Fonte: Direção Geral da Segurança social, Lista de Associações Mutualistas registadas na Segurança Social, elaborado em 18/03/2020, extraído de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f> em 09/12/2020

Figura 8: Mapa de distribuição das Associações Mutualistas, por distrito

Fonte: Direção Geral da Segurança social, Lista de Associações Mutualistas registadas na Segurança Social, elaborado em 18/03/2020, extraído de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f> em 09/12/2020



Quanto à área geográfica de intervenção das associações, o sector mutualista caracteriza-se, por um lado, por entidades de âmbito nacional (cerca de 40%) e, por outro lado, por entidades de âmbito local/municipal. Este perfil de abrangência territorial reflete-se na dimensão das associações mutualistas, as quais vão desde micro entidades (com menos de 10 associados) a entidades de grande dimensão, com mais de 40 mil associados.

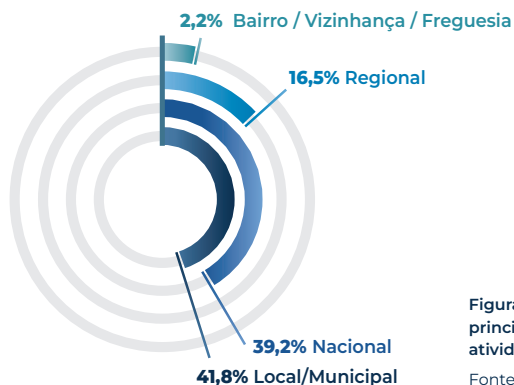


Figura 9: Distribuição das Associações Mutualistas por principal área geográfica em que desenvolvem a sua atividade (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.



Figura 10: Distribuição das Associações Mutualistas segundo a sua dimensão

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Em termos globais, em 2018, as associações mutualistas abrangiam um universo de associados de mais de um milhão de pessoas singulares, a que acresciam quase 50 mil pessoas coletivas ou equiparadas (ainda que neste caso apenas uma pequena percentagem tivesse as quotas pagas em 2018).

Tabela 1: Associados inscritos em 2018

| Família | Associados | Associados com quotas pagas em 2018 | Dimensão Média - Pessoas Singulares |
|-------------------------------|------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | Nº | % | Nº |
| Pessoas coletivas equiparadas | 46.123 | 11,9 | - |
| Pessoas Singulares | 1.084.363 | 96,3 | 11.916 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Na atividade principal desenvolvida pelas associações mutualistas, destacam-se os serviços sociais, que concentram 70% das entidades, sendo igualmente de referir as atividades financeiras e de seguros, 20% das entidades. De referir que muitas entidades desenvolvem diversas atividades em simultâneo, existindo mutualidades com postostas sociais e atividades de saúde ou financeiras e de serviços.

De acordo com os dados das Contas Satélite da Economia Social, entre 2013 e 2016 existiu uma diminuição das entidades mutualistas consideradas nestas estatísticas, que passaram de 111 para 97, destacando-se a diminuição de associações que tinham como atividade principal atividades de Serviço Social. Inversamente, apesar de terem pouca expressão no total de entidades, refira-se que se observou um aumento das associações mutualistas com atividade principal na área da saúde, que passaram de quatro para seis.

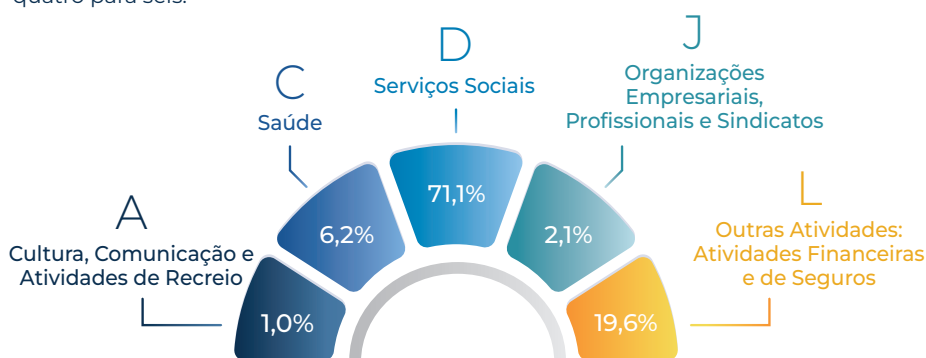


Figura 11: Associações mutualistas, segundo a atividade principal (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor - CIOSFL/TS) – 2016

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2016.

A importância que o domínio da ação social tem nas associações mutualistas é também visível na expressão que assume nas ações de voluntariado desenvolvidas (60%). Ainda que com menor importância, destacam-se também as ações na área da saúde, educação, desenvolvimento da vida associativa e da economia social e cultura e defesa do património.

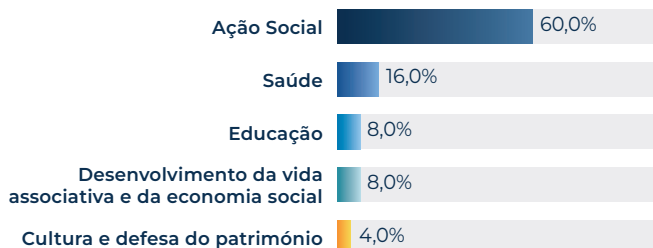


Figura 12: Principais domínios em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pelas Associações Mutualistas (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Neste âmbito, refira-se a diversidade de áreas/serviços que o setor mutualista no seu conjunto abrange, os quais, de acordo com a informação fornecida pela União das Mutualidades Portuguesa e constante do site da Associação Portuguesa de Mutualidades incluem:

- **Respostas sociais para a 3ª Idade:** Lar, Centro de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário, Universidade Sénior e Centro de Convívio.

Tabela 2: Principais Respostas sociais para a 3ª idade

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|---|-------------------|----------------|
| Centro de Dia | 6 | 110 |
| SAD | 6 | 174 |
| Centro de Convívio | 4 | 138 |
| Lar | 4 | 170 |
| Universidade Sénior | 1 | 100 |
| Pessoas idosas (Estruturas Residenciais e Centros de Dia) | 6 | 951 |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Respostas Sociais para a infância:** Creche, Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres.

Tabela 3: Principais Respostas sociais para a infância

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|--|-------------------|----------------|
| Creche | 7 | 365 |
| Pré-Escolar | 5 | 269 |
| Centros de Atividades de Tempos Livres | 3 | 95 |
| Creches, Pré-escolar ou Centros de Atividades de Tempos Livres | 3 | 652 |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Outras respostas sociais:** Residência de Acolhimento Crianças e Jovens, Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, Cantina Social, Projetos Sociais, Violência Doméstica, Gabinete de Inserção Profissional, Rendimento Social de Inserção, Centro Qualifica, Formação Profissional, Incubadora Social, Loja Social e Atendimento e Acompanhamento Social.

Tabela 4: Outras respostas sociais

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|---|-------------------|----------------|
| Cantina Social | 4 | 160 |
| Projetos Sociais | 3 | 0 |
| Residência de Acolhimento Crianças e Jovens | 1 | 10 |
| Apoio Pessoas Carenciadas | 1 | - |
| Gabinete de Inserção Profissional | 1 | - |
| Centro Qualifica | 1 | 227 |
| Incubadora Social | 1 | -- |
| Loja Social | 1 | - |
| Atendimento e Acompanhamento Social | 1 | - |
| Rendimento Social de Inserção | 2 | - |
| Violência Doméstica | 2 | 288 |
| Formação Profissional | 4 | 393 |
| Comunidade e Famílias – Apoio Domiciliário, Centros de Acolhimento Temporário, Refeitórios Sociais, Centros Comunitários, Casa Abrigo | 7 | 2364 |
| Apoio à resolução de problemas habitacionais | 1 | - |
| Residência de Estudantes | 1 | - |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Respostas na área da Saúde** inseridos em Clínicas, incluindo serviços de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina Geral e Familiar, Especialidades Médicas, Terapias Complementares e Beleza e Bem Estar, Acordos para meios complementares de diagnóstico e terapêutica e fisioterapia, Análises Clínicas, Unidade Móvel de Saúde e Unidades de cuidados continuado.

Tabela 5: Principais atividades na área da Saúde

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|--|-------------------|----------------|
| Medicina Geral e Familiar | 47 | 39806 |
| Especialidades Médicas | 43 | 49939 |
| Enfermagem | 38 | 24347 |
| Fisioterapia | 20 | 83384 |
| Acordos para meios complementares de diagnóstico e terapêutica | 35 | 34919 |
| Terapias Complementares | 12 | 3188 |
| Medicinas Alternativas | 9 | - |
| Beleza e Bem Estar | 8 | 1646 |
| Acordos Fisioterapia | 5 | 240 |
| Análises Clínicas | 4 | 371 |
| Unidade Móvel de Saúde | 1 | 537 |
| Rede de Cuidados Continuados Integrados | 4 | |
| Serviço de Atendimento Permanente SAP | 2 | |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Outras respostas** na área da saúde Farmácias, Ótica, Assistência Médica e Enfermagem e Assistência Medicamentosa e Seguros de Saúde.

Tabela 6: Outras atividades na área da Saúde

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|--|-------------------|----------------|
| Assistência Médica e Enfermagem | 13 | 38304 |
| Farmácias/Farmácias sociais | 15 | 7936 |
| Assistência Medicamentosa | 9 | 8715 |
| Assistência medicamentosa/médica | 5 | - |
| Seguros de Saúde | 7 | 4732 |
| Parafarmácias | 2 | - |
| Ótica | 2 | - |
| Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | 2 | - |
| Transporte de Doentes | 1 | - |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Benefícios complementares de segurança social**, incluindo apoios e subsídios, p.e. Subsídio Funeral, Apoio ao Estudo e Formação, Subsídio Sobrevivência, Modalidade Sénior, Apoio à Família, Modalidades de poupança, Modalidade Reforma, Caixa Económica, Capital de Risco, Habitação.

Tabela 7: Principais benefícios complementares de segurança social

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|-----------------------------|-------------------|----------------|
| Subsídio Funeral | 28 | 238137 |
| Subsídio Sobrevivência | 5 | 5272 |
| Morte/Sobrevivência/Funeral | 11 | - |
| Poupança | 13 | 8329 |
| Modalidade Reforma | 7 | 718 |
| Habitação | 3 | 165 |
| Apoio ao Estudo e Formação | 2 | 186 |
| Modalidade Sénior | 1 | 10 |
| Apoio à Família | 1 | 200 |

| | | |
|------------------------------------|---|----|
| Invalidez | 5 | 22 |
| Velhice | 1 | 22 |
| Proteção Jovem | 1 | 12 |
| Caixa Económica | 2 | 0 |
| Capital de Risco | 1 | 65 |
| Empréstimos para apoio à habitação | 2 | - |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

- **Outras atividades**, como Turismo Social, Cultura e Lazer, Apoio Jurídico, Empréstimo sobre Penhor, Funerária.

Tabela 8: Outras atividades desenvolvidas pelas Associações Mutualistas

| | Nº de Associações | Nº de Utentes* |
|-------------------------|-------------------|----------------|
| Apoio Jurídico | 6 | 64 |
| Turismo Social | 5 | 1356 |
| Cultura e Lazer | 3 | 7137 |
| Empréstimo Sobre Penhor | 1 | - |
| Funerária | 2 | - |

* Dados parcelares; algumas associações não têm o número disponível.

Fonte: Base de dados dos associados da UMP (2021); Site da APM, consultado em fevereiro de 2021.

Os principais beneficiários destas entidades são o público em geral, seguido da população idosa e das crianças, o que deriva das atividades específicas dirigidas a estes públicos (como centros de dia, serviços de apoio domiciliário, Universidades Sénior, centros de convívio ou creches, pré-escolar e atividades de tempos livres) existentes em algumas associações.

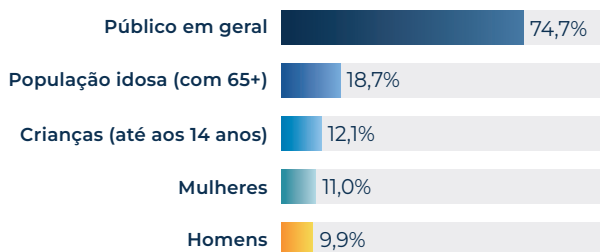


Figura 13: Principais utilizadores, beneficiários ou clientes (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

O desenvolvimento de trabalho em rede ou em parceria é privilegiado pela maioria das associações mutualistas, sendo que apenas 30,8% não desenvolveu este tipo de atividades.

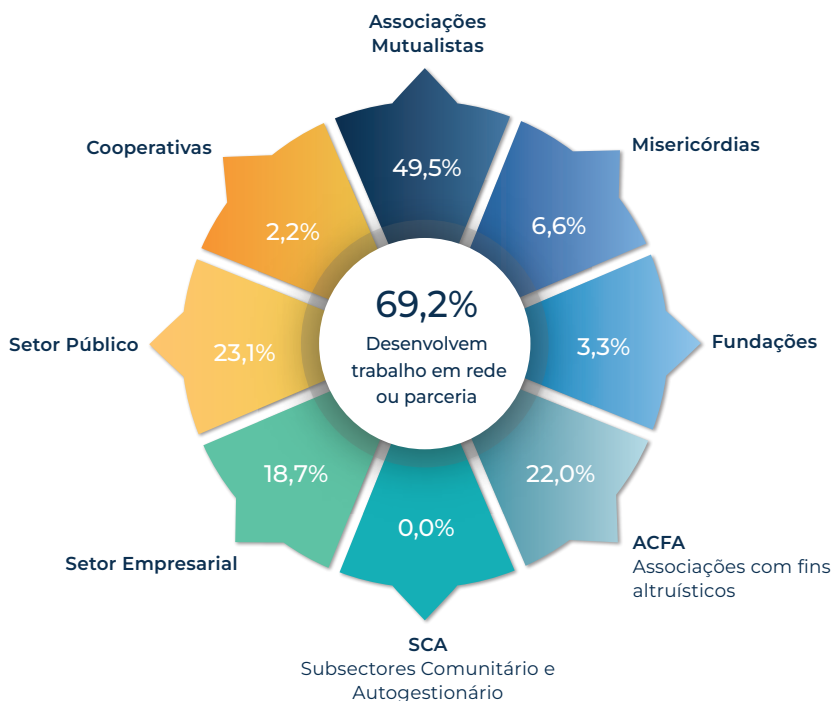


Figura 14: Desenvolvimento de trabalho em rede ou em parceria (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

4.2. PERFIL DAS ESTRUTURAS PROFISSIONAL E DIRIGENTE

Em termos de pessoal ao serviço, as associações mutualistas abrangidas pelo Inquérito ao Sector da Economia Social totalizam mais de 5 mil trabalhadores, incluindo pessoal com funções dirigentes (cerca de 11% do pessoal ao serviço). De destacar a preponderância de mulheres no pessoal sem funções dirigentes e, inversamente, no pessoal com funções dirigentes os homens assumem uma maior expressividade.

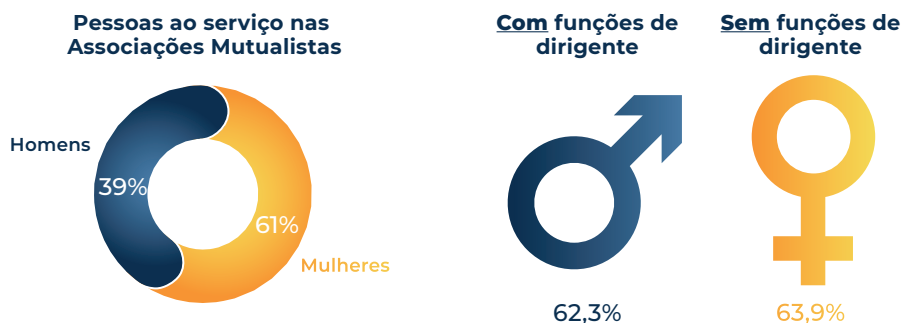
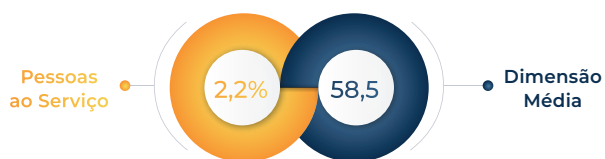


Figura 15: Pessoas ao serviço nas Associações Mutualistas

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Na caracterização do emprego constata-se que predominam os contratos sem termo (83,5%), sendo a grande maioria dos trabalhadores de nacionalidade portuguesa (98,5%), com uma remuneração média mensal bruta por pessoa ao serviço de 2.773,00 €. Importa salientar que apenas 14,8% dos trabalhadores auferiam o salário mínimo nacional, valor inferior ao verificado nas outras famílias de entidades da economia social (cooperativas, misericórdias, fundações e associações com fins altruísticos).

Tabela 9: Caracterização do pessoal ao serviço nas Associações Mutualistas (2018)

| | Valor |
|--|---------|
| Contrato sem termo | 83,8% |
| Horário Fixo | 87,2% |
| Nacionalidade Estrangeira | 1,5% |
| Salário Mínimo | 14,8% |
| Remuneração média mensal bruta por pessoa ao serviço | 2 773 € |

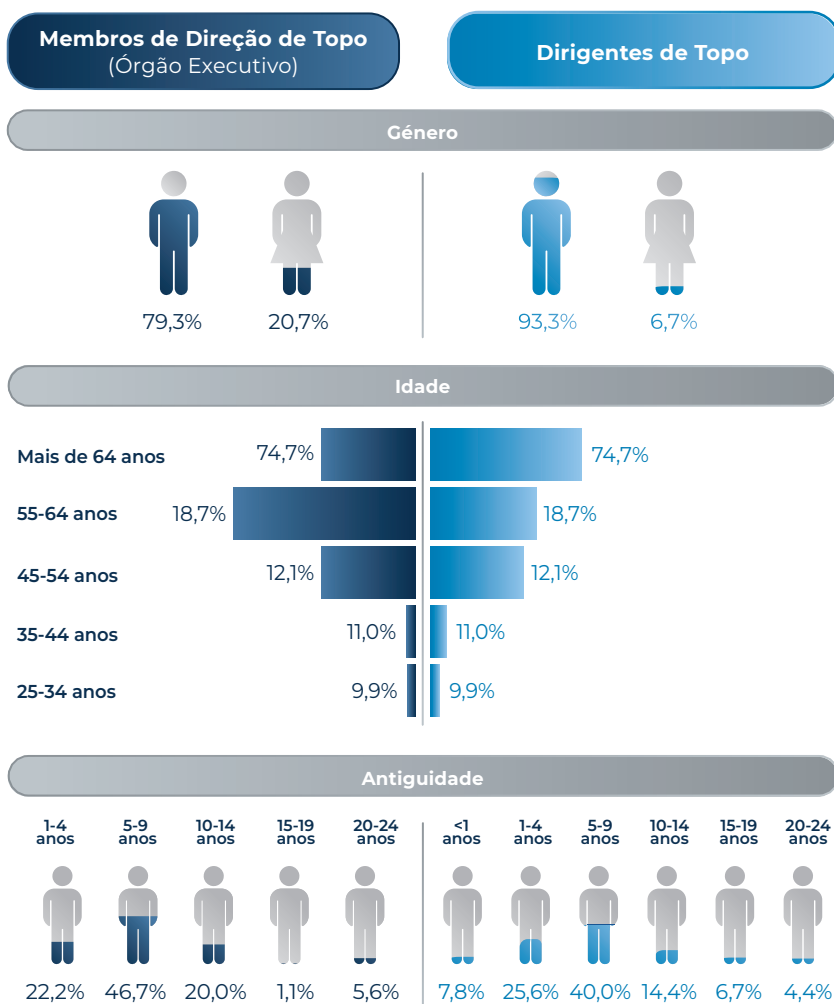
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Ao nível dos membros da direção de topo, a informação indica que os órgãos executivos das associações mutualistas são constituídos principalmente por homens, com mais de 55 anos, com cinco a nove anos de antiguidade nas associações.

As habilitações predominantes dos dirigentes associativos de topo são o ensino secundário (36,9%) e a licenciatura (33,6%).

A grande maioria dos membros da direção de topo exercem funções executivas (93,3%), o que justifica que o perfil dos dirigentes de topo seja muito semelhante ao descrito para os membros da direção. Ainda assim, destaca-se a menor representatividade das mulheres (apenas 6,7% dos dirigentes são mulheres), o seu maior envelhecimento (40% tem mais de 65 anos), assim como uma maior proporção de licenciados. A grande maioria destes dirigentes exerce a suas funções em regime de voluntariado (81%) e sem regime de exclusividade (83%), com 32% a acumular funções noutras entidades da Economia Social.

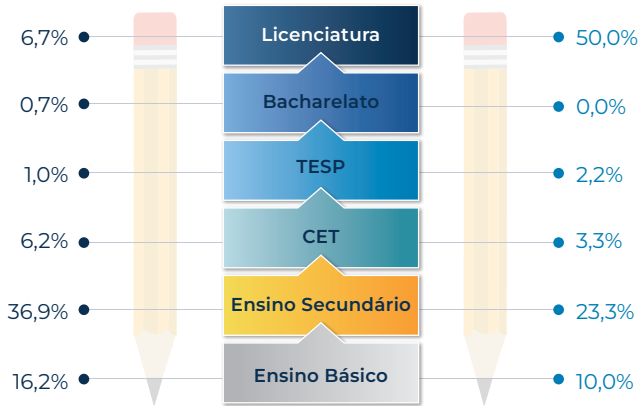
A forma de seleção do dirigente de topo predominante é a eleição através dos Órgãos Sociais (92,2%), sendo nos restantes casos feita através de nomeação. De referir que em 81% das associações mutualistas existem limites (temporais ou número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo.



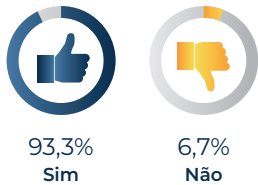
Membros de Direção de Topo
(Órgão Executivo)

Dirigentes de Topo

Escolaridade



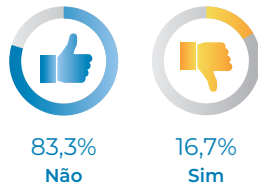
Membros da Direção de Topo com funções executivas



Vínculo com a Entidade



Regime de exclusividade?



68% Não acumulava funções noutras entidades da Economia Social

Direção de topo: órgão social da entidade com funções executivas independentemente de os seus membros poderem ou não, a título individual, exercer funções executivas, receberem remuneração, senhas de presença ou reembolso de despesas, e terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição.

Dirigente de topo: dirigente que, numa entidade, ocupa a posição hierarquicamente mais elevada, sem subordinação a nenhuma outra, sendo da sua responsabilidade a liderança do órgão de direção de topo e através dele, a concretização da missão da entidade mediante a fixação de objetivos e estratégias para os atingir, assente na integração e articulação das diferentes áreas funcionais da entidade.

Figura 16: Caracterização dos Membros da Direção de Topo (órgão executivo) e dos Dirigentes de Topo (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

4.3. PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

A postura estratégica das associações mutualistas, de acordo com o Inquérito ao Setor da Economia Social, é de manutenção (estabilidade e sustentabilidade). Ainda assim, quase 20% refere que tem como objetivos o desenvolvimento ou crescimento.



Figura 17: Postura Estratégica da Entidade (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Os documentos de gestão das Associações Mutualistas mais utilizados são os mais tradicionais, como o Relatório e Contas, os Orçamentos, os Relatórios e Planos de Atividades (ainda assim que cerca de um terço das instituições indicarem não possuir alguns destes documentos básicos de gestão), existindo poucas entidades que referem a elaboração de documentos mais estratégicos, como planos estratégicos, diagnósticos de necessidades de formação ou planos de formação.

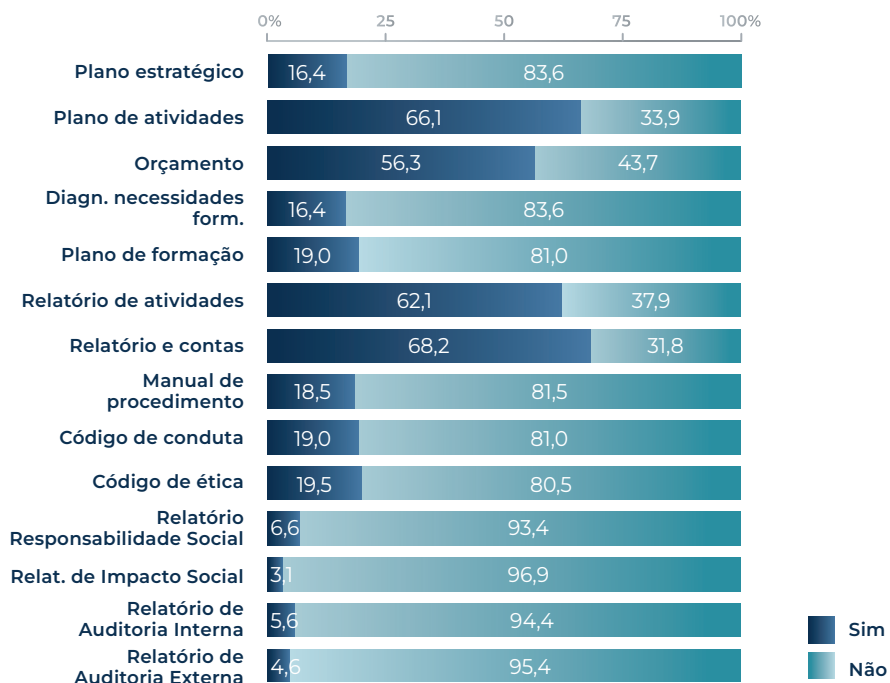


Figura 18: Elaboração de documentos de gestão (2018) (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Ao nível das práticas de monitorização, informação e tecnologias observa-se, igualmente, uma postura relativamente tradicional, com cerca de 40% das associações a não utilizarem as redes sociais e a não terem websites. Destaca-se ainda que apenas um número reduzido de entidades tem como práticas a contratação de consultores externos; a realização de questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes; a utilização de métodos de medição do impacto social; ou a implementação de sistema de gestão documental ou de certificação.

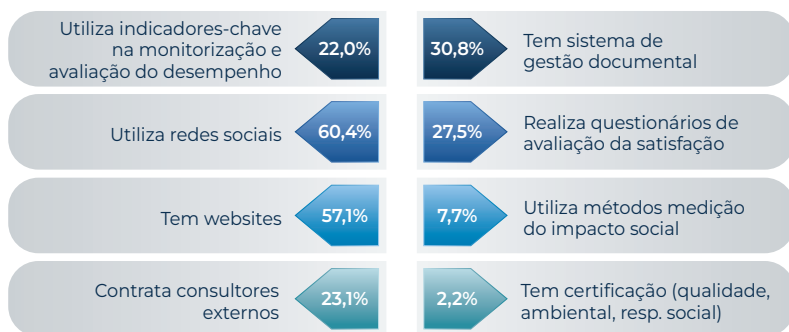


Figura 19: Práticas de monitorização, informação e tecnologias (2018) (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Refira-se, também, que 22% das associações mutualistas referiram que não tinham indicadores-chave definidos para a monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida. Nas entidades que têm definidos indicadores de monitorização da avaliação de desempenho, o número de associados, utentes ou clientes, é claramente o indicador mais utilizado (69,2%). São ainda referidos, em 30,8% dos casos, a evolução do volume de negócios e a evolução das receitas próprias.

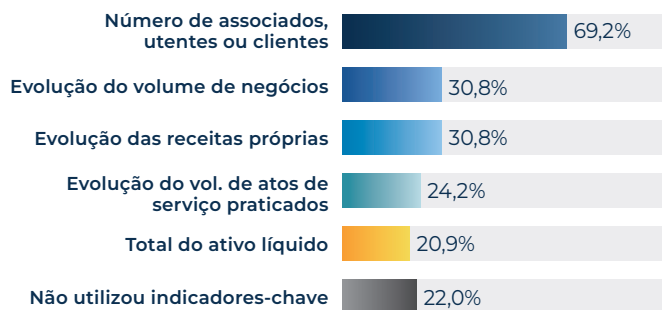


Figura 20: Utilização de indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida (2018)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

No financiamento das associações mutualistas, destaca-se o elevado peso que as quotas dos associados assumem (50%), seguidas de juros e rendimentos de investimento (25%), tendo os outros rendimentos e a prestação de serviços uma importância residual na estrutura de financiamento destas entidades.

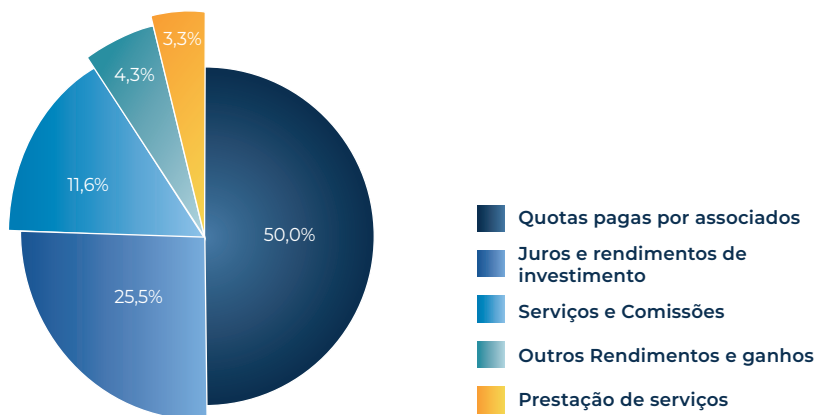


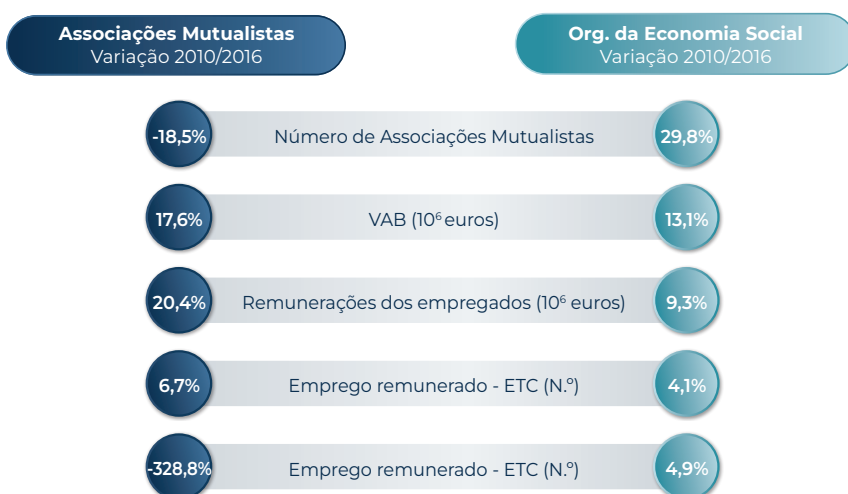
Figura 21: Principais meios de financiamento das Associações Mutualistas (2018) (%)

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

5. IMPACTO FINANCEIRO E ECONÓMICO DO MOVIMENTO MUTUALISTA

O sector mutualista, de acordo com as Contas Satélite da Economia Social, em 2016, contava com 97 associações mutualistas, representado um decréscimo de 22 associações face ao número existente no início da década. De referir que algumas das mutualidades se extinguíram por fusão. Não obstante esta diminuição no número total de entidades, os principais indicadores económicos tiveram uma evolução positiva face a 2010, observando-se um aumento do emprego (+6,7%), das remunerações (+20%) e do VAB (+17,6%). De referir, ainda, que o crescimento destas variáveis foi mais acentuado nas associações mutualistas do que no conjunto das organizações da economia social (OES), evidenciando um maior dinamismo das associações mutualistas.

Tabela 10: Variação dos Principais Indicadores das contas satélite das Associações Mutualistas e das Organizações da Economia Social



ETC - Unidades de trabalho equivalentes a tempo completo; VAB - Valor Acrescentado Bruto.

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2010, 2013 e 2016.

As associações mutualistas, em 2016, eram assim responsáveis por 4.537 empregos (em ETC), por um VAB de 388 milhões de euros, e por 216 milhões em remunerações. De ferir que entre 2013 e 2016, as Associações Mutualistas passaram de uma capacidade líquida na ordem dos 51 milhões de euros para uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros em 2016.

Tabela 11: Evolução dos Principais Indicadores das contas satélite das Associações Mutualistas

| | Associações Mutualistas | | | | Org. da Economia Social |
|---|-------------------------|-------|-------|----------------|-------------------------|
| | 2010 | 2013 | 2016 | Var. 2010-2016 | Var. 2010-2016 |
| Número de Associações Mutualistas (N.º) | 119 | 111 | 97 | -18,5 % | 29,8% |
| VAB (106 euros) | 330 | 352,2 | 388 | 17,6% | 13,1% |
| Remunerações dos empregados (106 euros) | 176 | 216,4 | 212,1 | 20,4% | 9,3% |
| Emprego remunerado - ETC (N.º) | 4537 | 4896 | 4842 | 6,7% | 4,1% |
| Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (106 euros) | 54,1 | 50,8 | -124 | -328,8% | 4,9% |

ETC - Unidades de trabalho equivalentes a tempo completo; VAB – Valor Acrescentado Bruto

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2010, 2013 e 2016.

No conjunto das entidades da economia social, as Associações Mutualistas têm um peso reduzido, representando menos de 0,13% das OES existentes em 2016. Ainda assim, em 2016 eram responsáveis por 8% do VAB gerado na economia social, 5% das remunerações, e 2% dos empregos, observando-se uma tendência de ligeiro reforço do seu peso entre 2010 e 2016, não só no contexto das OES, como também da economia nacional como um todo.

Tabela 12: Peso das Associações mutualistas no total das Organizações da Economia Social e no total da Economia Nacional, 2010 e 2016

| | Peso das Associações Mutualistas nas OES (%) | | Peso das Associações Mutualistas na Economia Nacional (%) | |
|---|--|------|---|------|
| | 2010 | 2016 | 2010 | 2016 |
| Número de Associações Mutualistas (N.º) | 0,21 | 0,13 | - | - |
| VAB (106 euros) | 7,74 | 8,05 | 0,22 | 0,24 |
| Remunerações dos empregados (106 euros) | 4,45 | 4,91 | 0,20 | 0,26 |
| Emprego remunerado - ETC (N.º) | 2,00 | 2,05 | 0,11 | 0,11 |

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2010, 2013 e 2016.

As associações mutualistas são também as OES com maior VAB gerado por entidade e por emprego remunerado, assim como com maior remuneração média do emprego, sendo as únicas entidades da economia social com valores acima da média da economia nacional no VAB por emprego e remunerações por emprego.

Tabela 13: VAB médio por entidade e ETC e Remunerações médias

| | 2010 | | 2016 | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Associações Mutualistas | Org. da Economia Social | Associações Mutualistas | Org. da Economia Social |
| VAB/Entidade 10 ³ euros | 2772,27 | 76,97 | 4000,00 | 67,04 |
| VAB/Emprego 10 ³ euros por ETC | 72,7 | 18,8 | 80,132 | 20,4 |
| Remunerações/Emprego 10 ³ euros por ETC | 38,8 | 17,4 | 43,804 | 18,3 |

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2010 e 2016.

As entidades na área das atividades financeiras e de seguros, apesar de representarem cerca de 1/5 das associações mutualistas, são as que têm maior importância económica, congregando quase 75% do emprego remunerado e mais de 90% das remunerações e do VAB e Excedente de Exploração Bruto gerado.

| Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TSS) | Nº de entidades | Produção (1) | Consumo Intermédio (2) | Valor Acrescent. Bruto (3=1-2) | Remunerações (4) | Outros Impostos sobre a Produção (5) | Outros Subsídios à Produção (6) | Excedente de Exploração Bruto (7=3-4-5+6) |
|--|-----------------|--------------|------------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---|
| A Cultura, comunicação e atividades de recreio | 1 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| C Saúde | 6 | 23,0 | 9,0 | 14,1 | 5,8 | 0,0 | 0,0 | 8,3 |
| D Serviços sociais | 69 | 38,6 | 14,5 | 24,1 | 14,5 | 0,0 | 0,2 | 9,8 |
| J Organizações, empresariais, profissionais e sindicatos | 2 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| L60 Atividades financeiras e de seguros | 19 | 553,2 | 203,2 | 349,9 | 191,7 | 13,1 | 0,1 | 145,2 |
| Total das Associações Mutualistas | 97 | 615,4 | 227,4 | 388,0 | 212,1 | 13,1 | 0,6 | 163,4 |

Tabela 14: Conta de exploração das entidades Associações Mutualistas segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TSS) - 2016

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2010, 2013 e 2016.

Sendo embora verdade que uma associação mutualista apenas, o Montepio Geral, desequilibra a comparação entre a média das mutualidades e a das outras famílias da economia social numa série de desempenho económico, não o é mesmo dizer que apresenta uma estrutura económica e do emprego mais consistente, o que confere ao mutualismo um peso sem dúvida muito relevante na economia em geral, e na economia social em particular.

6. DINÂMICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO MUTUALISMO

No contexto internacional, com particular foco no espaço europeu, assiste-se a uma grande diversidade de formas, estatutos e níveis de implementação do mutualismo, resultantes das configurações sociais e dos regimes institucionais em cada país. O mutualismo tem uma grande implantação e um papel social proeminente em países como a França, Alemanha e Bélgica, que são referências internacionais no Movimento. O mutualismo português, em termos de dinâmica associativa, tem um perfil mais em linha com Espanha (Barros, 1998), desenvolvendo essencialmente a sua ação nos regimes complementares de proteção social e saúde.

O movimento mutualista no plano internacional é representado por duas organizações: a International Association of Mutual Benefit Societies (AIM), com presença na Europa, América do Sul e África, representando associações de 28 países; e a Unión Mundial de la Mutualidad (UMM), com presença na Europa, Américas e África, representando associações de 41 países. A AIM tem como objetivo principal defender e desenvolver o acesso universal a cuidados de saúde de alta qualidade a preços acessíveis, juntamente com a proteção social baseada na solidariedade e na democracia, promovendo o trabalho com as instituições europeias e internacionais, a troca de boas práticas entre os membros, o fortalecimento da inovação social e a promoção da causa mutualista e da economia social. A UMM tem como objetivos integrar as mutualidades de carácter nacional, regional e internacional, representar o mutualismo junto dos organismos nacionais e internacionais, representar o mutualismo como agente ativo da economia social e solidária perante os organismos das Nações Unidas, e capacitar e formar dirigentes, com vista ao desenvolvimento de um mutualismo ativo nos cinco continentes. A AIM tem uma existência histórica que remonta a 1950, enquanto a UMM foi fundada em 2018.



Figura 22: Movimento Mutualista Internacional

De acordo com Carlos Pereira da Silva (2020), as mutualidades enfrentam dois grandes desafios no plano europeu. Em primeiro lugar, a diversidade de formas e a falta de reconhecimento das mutualidades em alguns países tem como consequência uma orientação da atuação para o contexto nacional, o que tem como consequência o subdesenvolvimento da cooperação internacional. Em segundo lugar, a falta de reconhecimento por parte da União Europeia da singularidade destas formas associativas, bem como o grau de implantação no território europeu, aplicando-lhes diretivas indiferenciadas às entidades de mercado. A falta de reconhecimento da singularidade das entidades da Economia Social no mercado interno europeu assume hoje uma importância fulcral, na medida em que constitui uma limitação à sua capacidade de expansão internacional e uma ameaça à manutenção de determinadas ofertas. Isso mesmo é visível, por exemplo, nas caixas económicas, onde é identificada uma forte pressão para se transformarem em sociedades anónimas, sendo reguladas e tendo as mesmas obrigações que as entidades com fins lucrativos.

A participação no plano internacional é considerada uma prioridade estratégica para o mutualismo português. O mutualismo internacional também tem vindo a sofrer de uma falta de reconhecimento internacional entre as instituições mutualistas e perante as instituições políticas internacionais. Ainda assim, o envolvimento nas estruturas de representação tem providenciado a troca de conhecimentos e experiências, que se constituem como oportunidades de aprendizagem. Outra área de atuação, tem sido a expansão da causa mutualista em regiões e países onde não tem presença ou tem uma presença incipiente, sob a forma de apoio técnico e conceptual.

O caso na Argentina é referido como uma boa prática, pela capacidade que tem de atração de jovens e de mulheres para o mutualismo. Na direção oposta, do que Portugal pode dar o exemplo, é referido o interesse dos restantes países, nomeadamente a Rússia, em relação ao Código das Associações Mutualistas, dado que Portugal é um dos poucos países com reconhecimento legislativo do mutualismo.

A expansão do mutualismo para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é também vista como uma área de expansão preferencial do projeto mutualista português. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos esforços para o estabelecimento de parcerias em países como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Esse projeto enquadra-se bem com as necessidades e o quadro institucional nestes países, em áreas como a cultura, o turismo, a empregabilidade, entre outras. Nos últimos anos têm sido desenvolvidos contactos nestes países com vista ao desenvolvimento de parcerias e projetos colaborativos, nomeadamente com São Tomé e Príncipe, no âmbito de programas de financiamento da União Europeia dirigidos para estes países.

7. DESAFIOS E PRIORIDADES DE ATUAÇÃO PARA O MOVIMENTO MUTUALISTA

O movimento mutualista tem vivido um período de alguma revitalização ao longo da última década. Essa revitalização não pode ser dissociada de fatores estruturais, relacionados com a evolução e crescente influência do espaço social e económico ocupado pelo sector da Economia Social. Contudo, dois fatores internos contribuíram decisivamente para a inversão da tendência de estagnação. Por um lado, o aumento do dinamismo das estruturas federativas representantes do Movimento e da sua ação junto das entidades mutualistas; e, por outro lado, a ténue, mas progressiva, renovação e rejuvenescimento das estruturas dirigentes das instituições. Estes processos tiveram um conjunto de efeitos visíveis.

No plano do associativismo, assistiu-se à maior aproximação e reconhecimento das instituições mutualistas dentro do próprio movimento associativo, o que possibilitou o conhecimento mais aprofundado da realidade de cada associação, bem como o conhecimento das suas valências, das suas atividades e ofertas. O desenvolvimento do interconhecimento potenciou o estabelecimento de trabalho colaborativo e de parcerias, formais e informais, para o desenvolvimento de atividades e a oferta de produtos.

A renovação das estruturas dirigentes, ainda que desigual e incipiente no contexto global do Movimento Mutualista, potenciou a revitalização de algumas entidades. A expressão deste dinamismo concretizou-se basicamente em três áreas distintas. Em primeiro lugar, no alargamento das ofertas e a diversificação de valências, promovendo a maior adequação dos serviços às necessidades locais e regionais, onde se destacam o crescimento das ofertas de respostas sociais, a introdução de ofertas de lazer e cultura e a expansão das ofertas na área da saúde. Em segundo lugar, na renovação da imagem e da comunicação, nomeadamente através da modernização das páginas de internet e na aposta no desenvolvimento de plataformas digitais de envolvimento com os associados. Estas plataformas ainda estão numa fase muito inicial, mas são vistas como prioritárias para a divulgação de ofertas, recolha de informação sobre os associados, a gestão dos benefícios e serviços, ou o pagamento das contribuições. Em terceiro lugar, estas associações têm sido capazes de conter a tendência de perda acentuada no número de associados, algumas até registando um ligeiro crescimento.

7.1. DIFICULDADES E OBSTÁCULOS NO MOVIMENTO MUTUALISMO

Apesar dos sinais prometedores, o mutualismo enfrenta hoje um conjunto de dificuldades, decorrentes dos processos de transformação das sociedades e de fatores estruturais do próprio movimento associativo, que contribuem para a sua expressão e papel contemporâneos. No plano societal, as tendências de individualização das relações sociais e das modalidades de participação na vida social têm representado uma dificuldade acrescida para o desenvolvimento do mutualismo. Esta realidade expressa-se nos baixos índices de participação associativa dos portugueses, o que no mutualismo tem representado a orientação das associações para a manutenção dos seus associados, relevando uma capacidade limitada de crescimento. Contudo, deve ser notado que as dificuldades sentidas decorrem também de um conjunto de fatores internos, identificados na literatura e nas entrevistas, dos quais destacamos:

-  Falta de dimensão do mutualismo como movimento associativo e das associações mutualistas
-  Existência de um número muito significativo de instituições com baixo nível de atividades e com estruturas de gestão deficitárias
-  Divisão do Movimento Mutualista
-  Dificuldades no rejuvenescimento e diversificação do perfil dos associados, através da captação de jovens e de mulheres para o mutualismo
-  Falta de visibilidade do movimento mutualista, das suas vantagens e dos seu potencial
-  Menor competitividade das ofertas mutualistas face à concorrência agressiva do setor privado

No que respeita à estrutura associativa do Movimento Mutualista verifica-se a existência de um número substantivo de instituições com baixo nível de atividade e com estruturas de gestão deficitárias, que tem tido como consequência a sua eventual extinção. É mesmo referido que existe um conjunto de associações mutualistas sem base social de suporte, beneficiando de um apoio do Estado por omissão para manterem a sua existência nominal.

Salienta-se a este propósito a diferença de capacidade de manter e atrair associados entre associações que têm sido capazes de se modernizar e adaptar aos tempos modernos e as associações que vão sobrevivendo com cada vez mais dificuldades,

quando não existem apenas nominalmente. Este fator é conforme com a proeminência de estruturas dirigentes envelhecidas, pouco qualificadas e com modalidades de gestão que não se modernizaram, que condicionam fortemente a sua capacidade de resposta, o desenvolvimento de produtos sociais, a adaptação às necessidades emergentes e a atração de novos públicos. O desaparecimento de instituições centenárias que fazem parte do património histórico do mutualismo tem como consequência um movimento associativo mais reduzido no número de instituições e que vai vindo perdendo progressivamente a sua implantação local.

Salienta-se, também, a falta de dimensão do Mutualismo como movimento associativo, ao nível do número de associações, da dimensão das associações e da sua distribuição local por todo território, que levanta um conjunto de limitações ao nível da sua capacidade de crescimento, no desenvolvimento de parcerias, na capacidade de resposta ao mercado global e no reconhecimento mais alargado do mutualismo. Esta limitação afeta também a capacidade de desenvolvimento de produtos, como os seguros ou as caixas económicas, que precisam de escala para poderem ser competitivos e sustentáveis financeiramente.

A sua génese está ligada ao desenvolvimento desigual e à estagnação do Movimento, que fizeram emergir divisões relativamente a questões de representatividade, de liderança e de orientação do próprio movimento, que tem contribuído para limitar o seu crescimento e influência junto dos poderes públicos. A situação presente é vista consensualmente pelas partes interessadas como um problema que o movimento associativo necessita de ultrapassar para ter um crescimento sustentado.

Relativamente à captação de novos associados, as associações revelaram sentir dificuldades na captação de jovens e mulheres para o mutualismo. Mesmo em casos de crescimento dos associados, o perfil de novos membros continua a ser dominado por homens na terceira idade. O envelhecimento do perfil dos associados pode tornar-se ainda um problema crítico de sustentabilidade das associações, principalmente para aquelas assentes em subsídios de sobrevivência e de funeral. As dificuldades sentidas na captação de novos públicos têm tido como consequência a diminuição do peso relativo das quotizações nas receitas das associações, gerando uma crescente necessidade de criação de novas fontes de financiamento, que poderá ter consequências já no curto prazo na missão e orientação dos objetivos das entidades.

Importa mencionar também os baixos níveis de participação dos associados na vida das instituições, particularmente na gestão e orientação estratégica. Se é certo que os baixos níveis de participação associativa não se restringem ao mutualismo, os índices de participação em Assembleias Gerais indicados pelas associações são pouco mais do que marginais, sendo mesmo referido que há associados que não têm conhecimento sequer dos seus direitos e pertença associativa. A falta de participação, para além de condicionar negativamente o ajustamento das ofertas aos interesses dos associados, pode causar desafios futuros na renovação dos corpos dirigentes.

Apesar dos esforços recentes, o Mutualismo continua a enfrentar o problema da falta de visibilidade e de reconhecimento social. Com exceção da Associação Mutualista Montepio Geral, o mutualismo continua a estar muito associado aos subsídios de funeral, tem pouca presença nos meios de comunicação social, nas redes sociais e junto do público em geral. A falta de reconhecimento e visibilidade do mutualismo vai limitar a

sua capacidade de renovação, no número e perfil dos associados, e a sua capacidade de atrair novas competências e inovação para a gestão e atividades desenvolvidas.

Essa falta de visibilidade vai, por sua vez, encontrar correspondência na falta de reconhecimento pelos poderes políticos da ação e do papel do Movimento mutualista nos cuidados de saúde, nas respostas sociais e na previdência social, constituindo um entrave ao crescimento do Movimento. Como foi referido, isso é perfeitamente ilustrado pela ausência de referência ao setor no Plano de Recuperação e Resiliência, isto apesar do papel fundamental que estas entidades têm tido no combate às crises sanitária e social provocadas pela pandemia.

Finalmente, importa mencionar as dificuldades de competitividade das ofertas mutualistas perante a concorrência agressiva do sector privado, designadamente ao nível dos seguros, das caixas económicas e das ofertas de saúde. As associações revelam dificuldades em competir com estas ofertas, nomeadamente na capacidade de acompanharem as redes de oferta disponibilizadas pelos privados e de promoverem as suas ofertas a uma dimensão equiparável. Esta dificuldade também evidencia um problema que todo o setor da Economia Social enfrenta, nos planos nacional e europeu, relativamente à especificidade da missão e ao papel social que desempenham e dos seus modelos organizativos. É invocado o tratamento duplamente desigual, em que as instituições têm que, por um lado, se conformar à regulamentação das organizações com fins lucrativos, sendo que, por outro lado, é-lhes impedido o desenvolvimento de determinadas atividades e serviços, bem como o acesso a certos segmentos do público.

7.2. FORÇAS E OPORTUNIDADES DO MOVIMENTO MUTUALISTA

Apesar das dificuldades e dos obstáculos existentes, o Movimento Mutualista é suportado por um conjunto de forças e de oportunidades para o seu crescimento. Nesse sentido, a elaboração e implementação de um plano estratégico para o desenvolvimento do mutualismo será tão mais bem-sucedido quanto mais potenciar as qualidades e valências intrínsecas ao movimento e abordar as dificuldades presentes como oportunidades para a reflexão crítica e a mudança. Distinguimos quatro dimensões de forças e oportunidades no Movimento Mutualista, a saber:



História do Movimento Mutualista e evolução dos sistemas de previdência, protecção e solidariedade



Capacidade instalada e dinâmica associativa do Movimento Mutualista



Participação nos órgãos de articulação e coordenação estratégica nacionais e internacionais



Crescente necessidade de ofertas e previdência e saúde complementares

A **primeira dimensão** pretende salientar a riqueza da história do Movimento Mutualista em Portugal e das suas associações. O mutualismo teve um papel decisivo nos fundamentos do Estado-Providência, no desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável, na formação das classes trabalhadoras, na emergência das modalidades de proteção e representação operárias, no movimento associativo livre, e na luta contra a opressão no período da ditadura, na revitalização da sociedade civil e do sector da Economia Social após o 25 de Abril, entre outros. A história do movimento constitui ainda um alicerce de sustentabilidade para o estabelecimento de objetivos de médio e longo prazos e para o desenvolvimento de projetos com planos de realização mais alargados. Por sua vez, as associações mutualistas, entre as quais cerca de metade são centenárias, têm uma profunda e importante implantação nos territórios em que atuam, tanto no plano local como regional, estabelecendo-se como agentes de desenvolvimento económico e social. A lógica local respeita a vocação tradicional do mutualismo e é um fator diferenciador que deve ser explorado, por via do apoio de proximidade e da intermediação local. No entanto, pode considerar-se como coisas distintas a ação local e a sede social das mutualidades, o que permitiria a uma mutualidade mais dinâmica ser polinucleada, sem com isso fugir aos critérios e valores mutualistas. Por outro lado, o trabalho em rede é uma outra via para se ganhar escala sem deslocalizar as entidades e evitando a concorrência entre associações mutualistas.

Uma área de ação local pertinente se pode constituir como uma oportunidade de desenvolvimento de ofertas de microcrédito, que permitam subsidiar as comunidades onde estão inseridos. Este tipo de ofertas cobre uma lacuna existente, uma vez que o sistema financeiro não tem incentivo para o desenvolvimento destes produtos. Na saúde, os serviços de proximidade de clínica geral e de enfermaria e os cuidados de saúde domiciliários são identificados como áreas onde o mutualismo já tem presença e já cumpre um papel social relevante, mas que representam vias onde o mutualismo pode crescer que podem constituir um polo de atração para novos associados.

A **segunda dimensão** tem como enfoque a atividade e dinâmica do movimento associativo. Neste âmbito, salienta-se a existência de um núcleo (ainda que reduzido) de associações com uma forte dinâmica ao nível do desenvolvimento de valências, criação de ofertas, introdução de elementos de inovação, modernização dos instrumentos de gestão e estabelecimento de parcerias. O reconhecimento do trabalho desenvolvido por estas associações é fundamental para a renovação da imagem e a valorização social do mutualismo, podendo estas instituições e iniciativas ser partilhadas de modo a constituírem exemplos de Boas Práticas dentro do Movimento. Outra força sinalizada é a capacidade instalada do Movimento Mutualista ao nível dos equipamentos e das modalidades de proteção, bem como da qualidade dos serviços providenciados e dos profissionais ao serviço do mutualismo.

Importa, igualmente, salientar o progressivo desenvolvimento de parcerias e formas de trabalho em rede. A articulação entre entidades tem sido um fator que permite compensar a falta de dimensão das instituições, o aumento da rede de ofertas e benefícios aos associados e cria lógicas de comunicação virtuosas ao nível da partilha de práticas e know-how entre instituições. O desenvolvimento de redes de oferta levanta a questão do crescimento da presença no território, onde se distinguem dois modelos estratégicos, um assente na criação de novas instituições mutualistas e

outro assente na expansão das associações existentes pelo território através de agências locais. Estas opções não devem ser interpretadas como mutuamente exclusivas, podendo mesmo ser desenvolvidas de forma articulada. A promoção da abertura de agências mutualistas é uma estratégia de crescimento mais rápida e permite às associações fortalecerem a sua base social e capacidade instalada. A criação e desenvolvimento de associações de base local, num plano temporal mais alargado, promove dinâmicas virtuosas de envolvimento e participação cívica das forças e dos atores locais, com efeitos ao nível do conhecimento e de influência nesses territórios.

A **terceira dimensão** visa destacar a ação que as estruturas federativas de representação têm feito ao nível da influência junto das instâncias de decisão política. Sendo verdade que o Movimento se encontra atualmente dividido, importa igualmente reconhecer os avanços feitos ao nível da presença nos órgãos de coordenação e decisão do Estado e da Economia Social, bem como nos órgãos federativos internacionais. A presença e representação mutualista exerce uma função potenciadora de convergências com vista ao desenvolvimento de redes, partilha de recursos, confluência de interesses e de internacionalização, para além de oferecer uma ligação próxima e de influência junto dos decisores políticos nacionais e europeus relativamente a matérias pertinentes para o mutualismo.

A **quarta dimensão** remete para a crescente necessidade de ofertas complementares ao Estado Social ao nível das pensões e da saúde. O Estado não tem revelado capacidade nem recursos financeiros, materiais e humanos para assegurar todos os benefícios e respostas, situação agravada com o aumento das necessidades da população de serviços sociais acessíveis e com qualidade provada. Adicionalmente, tem-se assistido ao crescimento de parte dos públicos destinatário (por exemplo, as pessoas idosas) ou da afirmação dos seus direitos (por exemplo, as pessoas com deficiência ou as famílias em risco de pobreza), abrindo-se uma oportunidade para a promoção de serviços e ofertas orientados para estes públicos e para a qualidade de vida. A evolução dos sistemas públicos de Proteção Social, de Ação Social e de Saúde em Portugal, cria um espaço para a ação complementar, mas relevante, do mutualismo. A dupla orientação para formas de solidariedade verticais e horizontais, suportada na cidadania responsável e ativa, constituem um elemento idiossincrático do mutualismo que pode ser potenciado no contexto da Economia Social.



Figura 23: Dificuldades e obstáculos vs. Forças e oportunidades do Movimento Mutualista

7.3. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUTUALISMO

A análise cruzada e crítica dos fatores e dos obstáculos que limitam ou dificultam o crescimento do Movimento Mutualista, com as suas forças intrínsecas e a sinalização de oportunidades para o seu desenvolvimento, permitem a identificação de quatro áreas de intervenção prioritária, com vista à atualização e revitalização dos valores mutualistas de redistribuição solidária e ao reforço da sua presença na sociedade portuguesa.

A **primeira área de intervenção prioritária** é o crescimento estratégico e sustentado do Movimento Mutualista. O objetivo principal deve ser o aumento do número de instituições, da sua dimensão e distribuição pelo território nacional, através de estratégias regulares com vista à criação de novas associações, revitalização de associações em situação difícil, e da captação de novos associados. Para a concretização destes objetivos afigura-se fundamental a ação concertada das associações mutualistas e a revisão da legislação reguladora. Em conformidade com o supracitado, listamos as seguintes prioridades de intervenção:

- Desenvolvimento e implementação de um Plano de Revitalização das Associações inativas ou com pouca atividade;
- Rejuvenescimento e diversificação do perfil dos associados, com vista ao aumento da relevância social das entidades, à sustentabilidade financeira e ao rejuvenescimento da massa crítica;

- Investimento em modalidades de previdência coletiva, com vista ao aumento dos associados e das receitas correspondentes, aumentando também a visibilidade e perfil institucional das associações;
- Estabelecimento de plataformas de entendimento com vista à unificação do Movimento Mutualista, com vista à maior capacidade de implementação de programas estratégicos para todo o sector e à representação unificada das associações mutualistas com os organismos que tutelam a atividade mutualista.

A **segunda área de intervenção** está direcionada para a ampliação das valências e alargamento da rede de ofertas mutualistas. A revitalização do Movimento está intrinsecamente relacionada com o alargamento do campo de atuação do mutualismo, onde a saúde e as respostas sociais assumem um papel de crescente importância, e alargamento da oferta de produtos, benefícios e serviços mutualistas. O fortalecimento desta tendência responde a dois objetivos para as associações, que se complementam e reforçam: a maior capacidade de geração de receitas e crescimento do papel e da influência junto da população e dos parceiros estratégicos nas suas áreas territoriais de atuação. Assim, listamos as seguintes prioridades de intervenção:

- Diversificação das ofertas mutualistas, dirigida à modernização da oferta e dos serviços mutualistas, dado que a maioria das associações apresenta um número reduzido de valências e ofertas;
- Expansão do mutualismo no território nacional e expansão internacional, fatores essenciais para o estabelecimento de uma rede de oferta competitiva, para o crescimento do território de atuação e para o aumento da procura;
- Aprofundamento do trabalho em rede entre associações mutualistas e com instituições externas (sector público, sector privado e instituições de economia social);
- Alargamento da articulação e dos acordos de cooperação com o Estado nas áreas da Segurança Social e da Saúde;
- Revisão e fortalecimento do regime jurídico para as mutualidades, por forma a ajustá-lo à amplitude de modalidades de oferta que atualmente dinamizam e à obtenção de um regime fiscal mais favorável por relação com as entidades com fins lucrativos.

A **terceira área de intervenção** diz respeito aos modelos e práticas de gestão e administração das associações mutualistas. O alargamento do campo de atuação das instituições, numa trajetória de crescimento aliado ao equilíbrio dos objetivos sociais com a solvência financeira, só pode ser conseguido com a modernização e a capacitação da gestão. Modelos de gestão tradicionais assentes em regimes de voluntariado não são compatíveis com as exigências atuais que se colocam à administração de uma instituição ativa. As prioridades de intervenção visam as estruturas dirigentes, os profissionais e os instrumentos de gestão e têm como objetivo a profissionalização e modernização das associações, para uma gestão eficiente e flexível, capaz de atingir os objetivos propostos e de responder às necessidades dos associados. Nesta área, destacamos as seguintes prioridades de intervenção:

- Elaboração e implementação de um Plano de Capacitação das Estruturas Dirigentes e Profissionais das Associações, tendo como objetivo o desenvolvimento de

quadros dirigentes e profissionais de excelência, que garantam a qualidade dos serviços e sirvam de fatores de atração para a oferta mutualista;

- Desenvolvimento de iniciativas e programas com estabilidade e duração para a contratação de jovens qualificados para os quadros de gestão das instituições, promovendo lógicas de renovação, capacitação e inovação técnica;
- Implementação de instrumentos de Planeamento Estratégico ao nível das estruturas federativas e das associações mutualistas, com vista ao crescimento informado, intencional e sustentado;
- Modernização dos instrumentos de gestão das associações, com particular ênfase para o desenvolvimento tecnológico e para a digitalização das plataformas, que permitam melhorar os índices de eficiência na relação entre os objetivos sociais e económicos, e aproximar as associações aos seus associados.

A **quarta área de intervenção** refere-se à imagem e divulgação do mutualismo, visando aumentar a visibilidade pública da causa mutualista e o reconhecimento da sua utilidade social e do papel fundamental que tem no sistema social e solidário. A concretização deste desígnio passa pela atualização da identidade da causa mutualista e do papel desempenhado pelas suas instituições, e tem como objetivos a divulgação e a atração de novos públicos para a causa mutualista. Destacamos as seguintes propostas:

- Aposta no marketing social para a promoção da imagem das associações mutualistas e na demonstração da qualidade dos serviços nos media, com vista ao aumento da perceção pública do seu papel e dos seus contributos para o bem-estar e aproximação aos cidadãos e às instituições da sociedade civil;
- Investimento na realização de estudos nas várias áreas de intervenção do Movimento Mutualista, com vista à produção de informação e conhecimento do seu papel social e económico, da sua história, das suas concretizações, etc.;
- Priorização da juventude nas iniciativas de promoção da visibilidade do mutualismo, por via da presença nas escolas, nos movimentos de juventude e do reforço na área da educação cívica, dando visibilidade aos valores mutualistas e ao dinamismo do setor social e solidário;
- Implementação de estratégias de aproximação do Movimento Mutualista às Instituições de Ensino Superior, através do estabelecimento de parcerias, do desenvolvimento de projetos conjuntos ou de produtos e da realização de avaliações, contribuindo para a capacitação do Movimento e das instituições e para o fortalecimento da presença do mutualismo junto do público, das instituições públicas e do mercado.

Prioridades de Intervenção



Figura 24: Prioridades de intervenção para o desenvolvimento do Mutualismo

8. PERSPETIVAS DE FUTURO E PAPEL DO MUTUALISMO

Há um conjunto de desafios que o Movimento Mutualista enfrenta, decorrentes tanto de transformações estruturais das sociedades, como da atual conjuntura de crise. O mutualismo está desatualizado face aos problemas contemporâneos? É sustentável nas modalidades atuais e nas respostas que apresenta? De que forma pode reforçar o papel da sociedade civil? Como reforçar a visibilidade do mutualismo na agenda política e social? Qual deve ser o seu papel no quadro das políticas sociais e solidárias? Qual o papel do mutualismo no cenário de crise económica e social que se avizinha? O debate e as respostas para estas questões estratégicas vão lançar as bases futuras do mutualismo no século XXI.

No quadro atual, as Políticas de Proteção Social, pressionadas pelo envelhecimento, pelo aumento das despesas sociais, pela globalização dos mercados, pelas transformações no mundo do trabalho e pela transição tecnológica, têm vindo a evoluir no sentido de abrir espaço para soluções como o mutualismo. Nomeadamente na Europa, ao contrário do que alguns analistas esperavam, por pressão dos cidadãos em contextos de democracia representativa, o Estado-Providência tem vindo a expandir-se de tal modo que está prestes a atingir os limites da sustentabilidade. Por outro lado, dada a dificuldade de legibilidade e dos níveis de incerteza, o setor dos seguros privados tem tido um crescimento muito limitado. Assim, os Estados têm vindo a ajustar-se promovendo parcerias (o “welfare-mix”) com entidades da Economia Social, estando as Mutualidades particularmente bem colocadas neste plano.

O futuro das Mutualidades terá de passar assim, inevitavelmente, pelo alargamento da oferta de serviços e benefícios. O mutualismo tem de ser capaz de mudar o seu foco das ofertas mais tradicionais que já não têm procura ou a têm mais reduzida, podendo mesmo às vezes produzir uma imagem negativa entre os jovens (a “associação dos mortos”) como os subsídios de funeral, e desenvolverem um modelo flexível e diversificado de valências que simultaneamente responde aos objetivos e preocupações dos seus associados, bem como às necessidades e oportunidades locais. Destacam-se como áreas de crescimento a saúde, as pensões complementares, as respostas sociais, a literacia e formação, os seguros e as iniciativas de integração comunitária. O desenvolvimento destas áreas é fundamental para a sustentabilidade financeira das instituições e para a captação de associados.

A procura crescente de produtos sociais na área da saúde por parte da população,

aliada à limitada capacidade de alargamento das respostas públicas, representa uma oportunidade que deve ser explorada pelas associações. Isso mesmo tem sido evidenciado no atual contexto de crise gerado pela pandemia do Covid-19, que consolidou a ação e o papel das associações mutualistas com ofertas de serviços de saúde, assistindo-se ao aumento da procura. As ofertas na área da saúde, ao nível dos serviços, das farmácias sociais, da comparticipação medicamentosa, representam uma área que tem vindo a crescer exponencialmente no associativismo mutualista, mas que revelam ainda um potencial muito grande de crescimento, ainda que para a sua sustentabilidade seja fundamental o trabalho em rede e estruturas associativas profissionalizadas.

No imediato, os cuidados continuados e os cuidados de saúde domiciliários são áreas onde o mutualismo tem capacidade de dar uma resposta forte e onde pode ter um papel social decisivo. O projeto do seguro de saúde mutualista mantém a sua pertinência como uma oferta diferenciadora e com um elevado potencial de impacto social nesta área, embora a sua concretização necessite de dimensão e volume de negócios, para além de ser de difícil compatibilização com a atual estrutura do setor financeiro. Já a promoção de produtos como os cartões de acesso a cuidados de saúde é um campo que já tem alguma presença nas ofertas mutualistas e que pode ser reforçado, dada a crescente necessidade de cuidados de saúde. A exploração de nichos com reduzida oferta pública, como a saúde oral ou a fisioterapia e reabilitação, constituem áreas onde o mutualismo pode ser competitivo e ter um papel relevante. O papel das pensões complementares já é reconhecido na Lei de Bases da Segurança Social, que reconhece a sua função na melhoria da cobertura das situações abrangidas. No contexto de emergência de novas necessidades e de contração do Estado-Providência e aumento da incerteza, o desenvolvimento destas modalidades de proteção social voluntária e responsável assumem uma pertinência fundamental. As respostas sociais (principalmente as dirigidas para a 3ª idade) vão ao encontro das necessidades crescentes das comunidades, representando hoje uma das áreas de maior crescimento na oferta mutualista, sejam estas respostas tipificadas ou não tipificadas. Esta área de desenvolvimento tem sido debatida no mutualismo, sendo argumentada a distorção que introduz nas prioridades de atuação das instituições e o conseqüente potencial de desmutualização. No entanto, o desenvolvimento destas ofertas tem sido um garante da sua sustentabilidade financeira e um caminho para o seu crescimento, aproveitando o seu know how e a sua capacidade instalada. Mais ainda, tem sido uma forma de atualização da sua pertinência e relevância local, permitindo às associações estarem inseridas nas redes de intervenção social locais, aumentarem o perfil e reconhecimento social, prestarem serviços solidários para a comunidade, estabelecerem parcerias, criarem património e gerarem receitas. O caminho futuro passa cada vez menos por decidir sobre a pertinência da presença do mutualismo nesta área, e mais por conciliar o desenvolvimento destas ofertas com as necessidades e os objetivos dos associados. A gestão de equipamentos sociais ou de serviços sociais não tem que necessariamente representar uma externalidade em termos de destinatários, devendo contemplar também os associados.

As caixas económicas e os seguros constituem valências que têm vindo a perder espaço no contexto do associativismo mutualista. No atual contexto político e financeiro, os desafios para o desenvolvimento de ofertas nestas áreas que sejam

competitivas com os bancos e as seguradoras são muitos. Ainda assim, áreas como o microcrédito e os seguros de cobertura do risco social podem ser vias para a manutenção da presença mutualista nestes setores.

O mutualismo também pode expandir-se ao nível dos serviços sociais e culturais, principalmente nas áreas da terceira idade, do turismo social, dos serviços de apoio às famílias (creches, escolas, ATL, etc.), entre outros. Exemplo inovador neste campo é a criação de residências para associados na terceira idade, complementadas com seguros, serviços de saúde e atividades sociais e culturais, potenciando a constituição de um cluster. O desenvolvimento destas áreas também pode ser uma forma de captação de associados mais jovens, que querem beneficiar de serviços de qualidade no imediato e antecipar necessidades futuras. Para isso, a qualidade dos produtos é fundamental. Precisam de se distinguir positivamente das ofertas públicas existentes, a um custo competitivo relativamente ao sector privado.

O trabalho em rede é fundamental para a sustentabilidade das instituições e o crescimento do movimento. As instituições precisam de se associar e desenvolver produtos em parceria, bem como estarem abertas ao desenvolvimento de projetos com instituições privadas, públicas e da economia social. Nem as instituições por si só, nem o movimento no seu todo, têm dimensão para estarem isolados. O trabalho em rede permite o aumento das ofertas e dos serviços, o aproveitamento mais eficiente da sua capacidade instalada, a captação e diversificação das receitas, mas também cumpre o desígnio mutualista de ação solidária.

O futuro do mutualismo passa ainda, forçosamente, pela introdução de elementos de inovação nos produtos e projetos desenvolvidos, aliada à partilha de experiências e boas práticas entre as associações, aproveitando o conhecimento e a massa crítica existente. O elemento inovador do mutualismo assenta na capacidade de adaptação ao longo dos tempos, de procurar responder às necessidades emergentes e ao que os associados querem. Para isso é necessário, igualmente, fazer uma grande aposta na qualificação dos recursos humanos.

A prossecução de esforços com vista ao reconhecimento do poder político da importância do mutualismo, bem como da necessidade de atualização da legislação para se ajustar à especificidade e da amplitude das suas valências e do seu campo de atuação, deve ser uma causa unificadora no movimento. Adicionalmente, a legislação atual coloca desafios à renovação dos corpos dirigentes associativos, bem como obstáculos à expansão do público beneficiário e das atividades desenvolvidas pelas associações, designadamente as farmácias sociais, as funerárias e o turismo social. No entanto, o setor tem vindo a sofrer essencialmente com a falta de concretização de ideias que, muitas vezes, estão expressas na legislação, mas que não têm desenvolvimento consequente. Nesse sentido, a relação direta e unificada com a tutela é fundamental para o estabelecimento de políticas sustentadas, assentes na articulação ao nível do Estado entre os setores social e da saúde.

Para o mutualismo cumprir o seu desígnio precisa de ter uma base de associações e de atividade que suporte o seu crescimento. Para isso, tem de ter presença em todo o território nacional e também ao nível internacional, potenciando o seu conhecimento do terreno e ação de proximidade, sendo fundamental que as associações sejam adaptáveis e flexíveis face às necessidades existentes e emergentes.

A diversificação das ofertas de serviços e produtos sociais é um caminho

inevitável, mas se não for sustentado por estruturas capacitadas e modernas, arrisca-se a precipitar a sua extinção. Este processo não pode, contudo, perder de vista o princípio mutualista de solidariedade horizontal, ou seja, a orientação primeira das associações para os seus associados. Para isso é fundamental um movimento ativo e unido, que incentive o diálogo e a concertação da ação, assente na cooperação e apoio mútuo no interior do Movimento Mutualista, que contribuam positivamente para responder às necessidades e ambições dos seus associados e da sociedade.

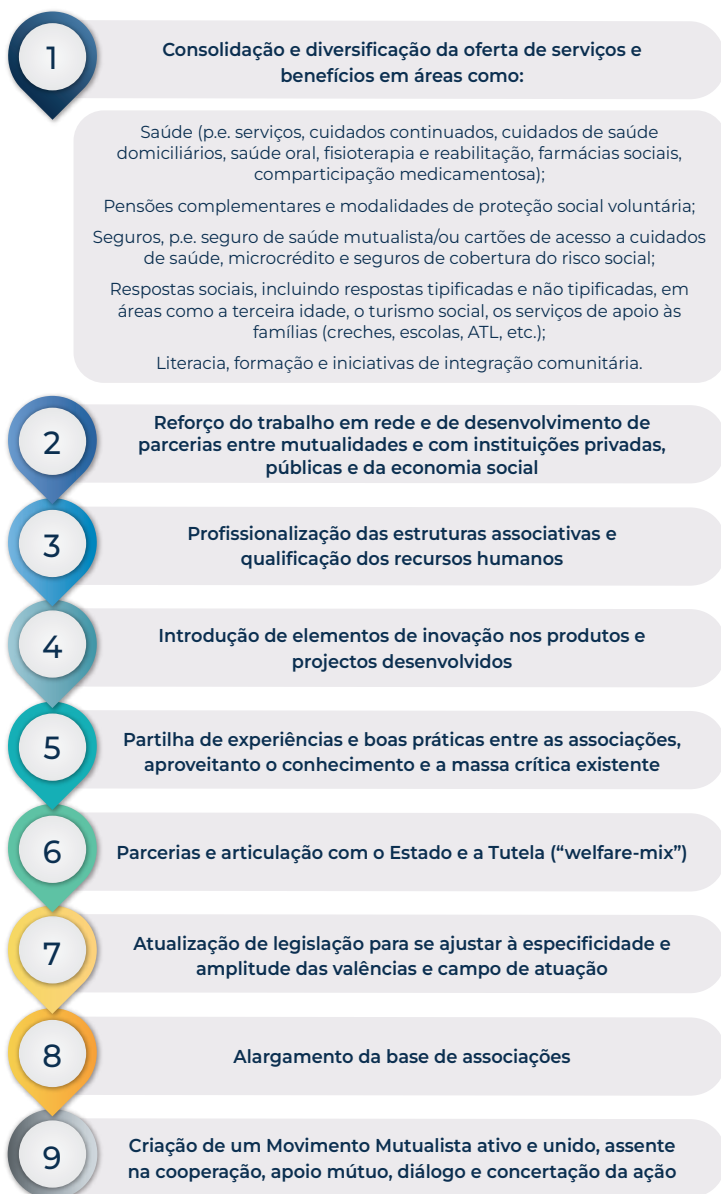


Figura 25: Perspetivas de futuro e papel do Mutualismo

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **ALMEIDA**, Joana Estorninho de (2016). Funcionalismo público: associativismo, mutualismo, sindicalismo e desagregação (1851-1933). in PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice & GODINHO, Paula (org.). Espaços, redes e sociabilidades Cultura e política no movimento associativo contemporâneo. Lisboa: IHC-FCSH/NOVA, p. 136-153.
- **BAPTISTA**, Virgínia do Rosário (2016). As associações de socorros mútuos em Portugal (de finais do século XIX aos anos quarenta do século XX). in PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice & GODINHO, Paula (org.). Espaços, redes e sociabilidades Cultura e política no movimento associativo contemporâneo. Lisboa: IHC-FCSH/NOVA, p. 95-106.
- **BARROS**, Carlos Pestana (1998). A Economia do Mutualismo. in BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 21-36.
- **BRANCO**, Mário (2010). Mutualismo com jornalistas dentro. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.
- **CALADO**, Alexandre, CAPUCHA, Luís & ESTÊVÃO, Pedro (2019). Welfare State Development in Portugal: From “Stage Zero” to the Post-Crisis “Leftist” Compromise Against Austerity. Comparative Sociology, 18, p. 658-686.
- **CARDOSO**, José Luís & ROCHA, Maria Manuela (2009). O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente. Análise Social, v. XLIV, n. 192, p. 439-470.
- **FERREIRA**, Sílvia (2011). Mutualismo: Identidade e novos desafios. 10º Congresso do Mutualismo – Lisboa, 24 e 25 de outubro de 2011.
- **GUIMARÃES**, Maria Leonor (1998). O Quadro Jurídico do Mutualismo em Portugal. in BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 113-127.
- **GARRIDO**, Álvaro (2018). Debates, tensões e compromissos na institucionalização da Economia Social em Portugal, 1974-2013. Revista Desenvolvimento Socioeconómico em Debate - RDS, volume 4, n. 1., p. 3-27.
- **INE (2020)**. Inquérito ao Setor da Economia Social 2018. Lisboa: INE.

- **INE (2019)**, Conta Satélite da Economia Social, 2016. Lisboa: INE
- **INE (2016)**, Conta Satélite da Economia Social, 2013. Lisboa: INE
- **INE (2013)**. Conta Satélite da Economia Social, 2010. Lisboa: INE
- **INE/CASES (2020)**. Inquérito ao Setor da Economia Social 2018. Coleção de Estudos de Economia Social, nº 12.
- **JESUS**, Ronaldo Pereira de (2016). Historiografia sobre mutualismo (1875-1914) em Portugal e no Brasil. Estudos Ibero-Americanos, Vol. 42, nº 3, p. 1144-1167.
- **LOUSADA**, Maria Alexandre (2004). Associações profissionais: tradição e renovação. in FREIRE, João (org.). Associações Profissionais em Portugal. Oeiras: Celta Editora, p. 21-55.
- **MONICA**, Maria Filomena (1985). O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934). Lisboa: Casa da Moeda / Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- **MOURA**, Estêvão de & BAPTISTA, Carlos (1998). Mutualismo e Solidariedade. In BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 249-265.
- **NEVES**, Ilídio das (1998). O Mutualismo e a Política de Protecção Social em Portugal. in BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 129-146.
- **NOGUEIRA**, Juliana Guimarães (2007). O Terceiro Setor e a Administração Pública em Portugal. Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi, p. 215-242.
- **OLIVEIRA**, César (1973). O Socialismo em Portugal (1850-1900): contribuição para o estudo da filosofia política e do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX. Porto: Afrontamento.
- **PISTOLA**, Renato José Bogalho Jorge da Silva (2018). Entre Mutualismo e Capitalismo. Os caminhos do Montepio Geral (1840-1930). Dissertação de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- **PITACAS**, José Alberto (2020a). O novo Código das Associações Mutualistas: fundamentos. in PITACAS, José Alberto & RETO, Luís (orgs.). A Economia Social numa Visão Plural. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Pública e Social – Associação Mutualista Montepio, p. 214-215.
- **PITACAS**, José Alberto (2020b). O novo Código das Associações Mutualistas: principais alterações. in PITACAS, José Alberto & RETO, Luís (orgs.). A Economia Social numa Visão Plural. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Pública e Social – Associação Mutualista Montepio, p. 216-217.
- **PITACAS**, José Alberto (2009). Utilidade Social e Eficiência no Mutualismo. Dissertação de Mestrado em Economia e Política Social. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.
- **QUELHAS**, Ana Paula (2001). A refundação do papel do Estado nas políticas sociais: a alternativa do movimento mutualista. Lisboa: Almedina.

- **ROCHA**, Ana Catarina Vitorino da (2017). Mutualismo como resistência: pensamento, práticas e ética (1840-1940). Dissertação de Doutoramento em Estudos Culturais. Aveiro: Universidade de Aveiro / Universidade do Minho.
- **ROSEIRA**, Maria de Belém (2020). in PITACAS, José Alberto & RETO, Luís (orgs.). A Economia Social numa Visão Plural. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Pública e Social – Associação Mutualista Montepio, p. 190-191.
- **ROSENDO**, Vasco (1998). Evolução do Mutualismo no Portugal Contemporâneo. In BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 59-67.
- **ROSENDO**, Vasco (1996). O Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens. Lisboa: Montepio Geral.
- **ROSENDO**, Vasco (1990). Montepio Geral – 150 Anos de História 1840-1990. Lisboa: Montepio Geral.
- **SANTOS**, Elisabete (2020). Os desafios à organização e gestão das Mutualidades durante a vigência do I Código das Associações Mutualistas (1990-2018). Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social. Santarém: Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém.
- **SARAIVA**, Ana Paula Rocha da Costa (2011). Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- **SEQUEIRA**, Rui (2017). Associações Mutualistas em Portugal: Aspetos Históricos e Prospetivos. Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária. Lisboa: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- **SILVA**, Carlos Pereira (2020). A Europa das mutualidades. in PITACAS, José Alberto & RETO, Luís (orgs.). A Economia Social numa Visão Plural. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Pública e Social – Associação Mutualista Montepio, p.182-183.
- **VARIZ**, Paulo Eurico (1998). A Sociologia Económica do Mutualismo. In BARROS, Carlos Pestana & SANTOS, J. C. Gomes (orgs.). O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social. Lisboa: Editora Vulgata, p. 37-49.

ANEXO

A. TABELAS ESTRUTURA DO MOVIMENTO MUTUALISTA EM PORTUGAL

Tabela 15: Distribuição das Associações Mutualistas, por ano de constituição

| Ano de Constituição | Associações | % |
|---------------------|-------------|--------------|
| 834-1900 | 46 | 45,5 |
| 1901-1950 | 35 | 34,7 |
| 1951-2000 | 9 | 8,9 |
| 2002-actualidade | 11 | 10,9 |
| Total | 101 | 100,0 |

Fonte: Direção Geral da Segurança social (2020), Lista de Associações Mutualistas registadas na Segurança Social, elaborado em 18/03/2020, extraído de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f> em 09/12/2020

Tabela 16: Distribuição das Associações Mutualistas por principal área geográfica em que desenvolvem a sua atividade (2018)

| | Nacional | Regional | Local/ Municipal | Bairro/ Vizinhança/ Freguesia |
|--------------------------------------|----------|----------|---------------------|-------------------------------------|
| Principal área geográfica de atuação | 39,6% | 16,5% | 41,8% | 2,2% |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 17: Distribuição das Associações Mutualistas, por região e distrito

| Região | Ano de Constituição | % |
|-------------------------|---------------------|--------------|
| Norte | 44 | 43,6 |
| Braga | 3 | 3,0 |
| Bragança | 2 | 2,0 |
| Porto | 38 | 37,6 |
| Viana do Castelo | 1 | 1,0 |
| Centro | 13 | 12,9 |
| Aveiro | 3 | 3,0 |
| Castelo Branco | 1 | 1,0 |
| Coimbra | 1 | 1,0 |
| Leiria | 1 | 1,0 |
| Santarém | 4 | 4,0 |
| Viseu | 3 | 3,0 |
| Região de Lisboa | 37 | 36,6 |
| Lisboa | 29 | 28,7 |
| Setúbal | 8 | 7,9 |
| Alentejo | 2 | 2,0 |
| Évora | 2 | 2,0 |
| Algarve | 5 | 5,0 |
| Faro | 5 | 5,0 |
| Total | 101 | 100,0 |

Fonte: Direção Geral da Segurança social, Lista de Associações Mutualistas registadas na Segurança Social, elaborado em 18/03/2020, extraído de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f> em 09/12/2020

Tabela 18: Distribuição das Associações Mutualistas segundo a sua dimensão

| | Nº de entidades | % |
|----------------|-----------------|---------------|
| Micro | 24 | 26,4% |
| Pequena | 47 | 51,6% |
| Média e grande | 20 | 22,0% |
| Total | 91 | 100,0% |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 19: Associações mutualistas, segundo a atividade principal (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor - CIOSFL/TS) - 2016

| | Nº | % |
|---|-----------|--------------|
| A Cultura, comunicação e atividades de recreio | 1 | 1,0 |
| C Saúde | 6 | 6,2 |
| D Serviços sociais | 69 | 71,1 |
| J Organizações empresariais, profissionais e sindicatos | 2 | 2,1 |
| L Outras atividades - Atividades financeiras e de seguros | 19 | 19,6 |
| Total da Economia Social | 97 | 100,0 |

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social em 2016.

Tabela 20: Pessoas ao serviço nas Associações Mutualistas

| Total | | | | Com funções de dirigente | | | Sem funções de dirigente | | |
|--------------|----------------|----------|--------|--------------------------|----------|--------|--------------------------|----------|--------|
| Total | Dimensão Média | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens |
| Nº | | % | | Nº | % | | Nº | % | |
| 5 327 | 58,5 | 61,0 | 39,0 | 584 | 37,7 | 62,3 | 4 743 | 63,9 | 36,1 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 21: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por género (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|----------|--|--------------------|
| | % | |
| Homens | 79,3 | 93,3 |
| Mulheres | 20,7 | 6,7 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 22: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por grupo etário (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|-----------------|--|--------------------|
| | % | |
| 25-34 anos | 1,1 | 2,2 |
| 35-44 anos | 2,2 | 4,4 |
| 45-54 anos | 24,4 | 24,4 |
| 55-64 anos | 47,8 | 27,8 |
| Mais de 64 anos | 24,4 | 41,1 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 23: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por antiguidade (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|----------------|--|--------------------|
| | % | |
| Menos de 1 ano | 0,0 | 7,8 |
| 1-4 anos | 22,2 | 25,6 |
| 5-9 anos | 46,7 | 40,0 |
| 10-14 anos | 20,0 | 14,4 |
| 15-19 anos | 1,1 | 6,7 |
| 20-24 anos | 5,6 | 4,4 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 24: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por níveis de escolaridade (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|-------------------------------------|--|--------------------|
| | % | |
| Ensino Básico | 16,2 | 10,0 |
| Ensino Secundário | 36,9 | 23,3 |
| Ensino pós-secundário não superior | 6,2 | 3,3 |
| Bacharelato | 0,7 | 0,0 |
| Curso técnico superior profissional | 1,0 | 2,2 |
| Licenciatura | 33,6 | 50,0 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 25: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo com funções executivas (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|-----|--|--------------------|
| | % | |
| Sim | 93,3 | |
| Não | 6,7 | |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 26: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por vínculo com a entidade (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|----------------------|--|--------------------|
| | % | |
| Contrato de trabalho | | 13,3 |
| Voluntariado | | 81,1 |
| Outra | | 5,6 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 27: Membros da direção de topo (órgão executivo) e Dirigentes de Topo por regime de exclusividade (2018)

| | Membros da Direção de Topo (órgão executivo) | Dirigentes de Topo |
|--|--|--------------------|
| | % | |
| Sim | - | 16,7 |
| Não | - | 83,3 |
| Não acumulava funções noutras entidades da Economia Social | - | 68,0 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 28: Postura Estratégica da Entidade (2018)

| Sobrevivência (redução de custos, desinvestimento) | Manutenção (estabilidade e sustentabilidade) | Crescimento (diversificação, expansão, internacionalização) | Desenvolvimento (inovação social, cooperação, parceria ou fusão) |
|--|--|---|--|
| 7,7% | 75,8% | 3,3% | 13,2% |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 29: Principais meios de financiamento das Associações Mutualistas (2018)

| Meios de financiamento | % |
|-------------------------------------|------|
| Prestação de serviços | 3,3 |
| Outros rendimentos e ganhos | 4,3 |
| Serviços e comissões bancárias | 11,6 |
| Juros e rendimentos de investimento | 25,5 |
| Quotas pagas por associados | 50,0 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

Tabela 30: Práticas de monitorização, informação e tecnologias (2018)

| | Sim | Não |
|---|------|-------|
| | % | |
| Utiliza indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho | 22,0 | 88,0% |
| Utiliza Redes Sociais | 60,4 | 39,6 |
| Tem Websites | 57,1 | 42,9 |
| Contrata consultores externos | 23,1 | 76,9 |
| Tem sistema de gestão documental | 30,8 | 69,2 |
| Realiza questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes | 27,5 | 72,5 |
| Utiliza métodos de medição do impacto social | 7,7 | 92,3 |
| Tem certificação (qualidade, ambiental, responsabilidade social) | 2,2 | 97,8 |

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social, 2018.

